

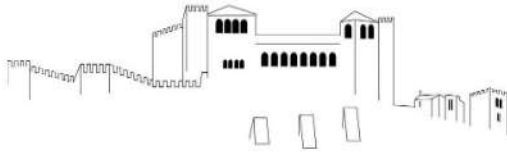
**ATA N.º 2/2022**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 18 DE JANEIRO DE 2022**

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e dois, no auditório do teatro Miguel Franco e por videoconferência, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

Dos cinquenta e um membros que a compõem estiveram **presentes** os seguintes deputados municipais:

1. Abel de Oliveira Vieira;
2. Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa;
3. Adriano Barreiro Neto;
4. Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho;
5. António Ferreira Pereira de Melo;
6. Artur Rogério de Jesus Santos;
7. Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra;
8. Céline Moreira Gaspar;
9. Cristiana Duarte Pinto;
10. Eugénia Maria de Jesus Costa;
11. Fábio Micael Costa Bernardino;
12. Fernando Paulo Mateus Elias;
13. Helena Cristina da Fonseca Brites;
14. Hugo Miguel Heleno Morgado;
15. Joana Maria de Brito Cartaxo;
16. José Artur das Neves Ferreira;
17. José Carlos Matias;
18. José da Silva Alves;
19. José Manuel da Cunha;
20. Julio Paulo Videira de Jesus;
21. Luís Manuel Coelho Prata;
22. Manuel António Azenha dos Santos Pereira;
23. Manuel Carreira Bernardes da Cruz;
24. Maria Alexandra Faria Fernandes Silva Serôdio;
25. Maria Margarida Guarda Verdades de Sá;



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

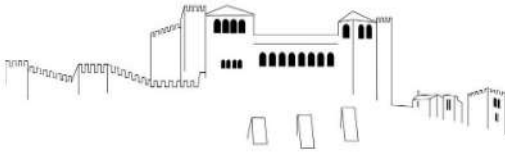
26. Mário de Sousa Gomes;
27. Mário João Ley Garcia;
28. Mário Rodrigues;
29. Marta Sofia Sampaio de Sousa Violante;
30. Nelson Manuel Carreira Ferreira;
31. Oriana Cláudia Ferreira Cristóvão;
32. Paula Cristina Pires Marques Jorge;
33. Paulo Alexandre Jesus Clemente;
34. Paulo Pedrosa Pedro;
35. Pedro António Amado da Assunção;
36. Raul Festa Fortunato Faustino;
37. Renato José dos Santos Cruz;
38. Sandro Miguel Monteiro Ferreira;
39. Sofia da Silva Francisco;
40. Telma Carreira Curado;
41. Tiago António Leal Duarte;
42. Tiago Gago dos Santos;
43. Tiago Manuel Pereira dos Santos;
44. Vitor Manuel Casimiro Matos;

Estiveram presentes os seguintes **membros do executivo**:

- Álvaro José Madureira;
- Ana Catarina de Moura Louro;
- Ana Margarida Félix Valentim;
- Anabela Fernandes Graça;
- Branca da Conceição Oliveira e Silva Meireles de Matos;
- Carlos Jorge Pedro Simões Palheira;
- Daniel Rodrigues Marques;
- Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes;
- Luís Manuel da Silva Almeida Lopes;
- Ricardo Miguel Faustino dos Santos;

Os seguintes deputados municipais **solicitaram a sua substituição**.

- António Lacerda Sales, substituído por Susana Margarida Martins Sequeira Bertão;
- José Pereira dos Santos, substituído por Ricardo José Cordeiro Abreu;
- Filomena Marília Henriques Carvalho, substituída por Dário Seguro Joaquim;
- Carlos Alberto Garcia Poço, substituído por Olga Sofia Gomes Marques;
- João Paulo Lavos Morais, substituído por Hilário Pereira Estrada;



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

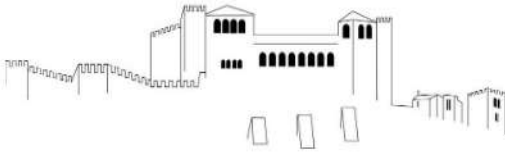
- Luís Paulo Pereira Fernandes, substituído por Nélia Ferreira;
- Telmo Filipe Moreira Marques (IL), substituído por João Luís Gaspar da Silva.

Faltou o senhor Vereador Ricardo de Jesus Gomes.

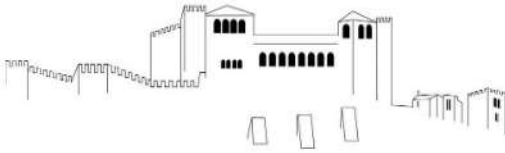
A sessão foi presidida pelo senhor **1º Sec.retario da Mesa**, José da Silva Alves, em substituição do senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela **2.ª Secretária da Mesa**, Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra, em substituição do senhor 1º Secretário da Mesa e pela **deputada Maria Alexandra Seródio**, em substituição da senhora 2ª Secretária da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo senhor **Presidente em exercício** declarada aberta a sessão, eram **20h02 horas**, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

- 1. Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**
- 2. Declarações de caráter obrigatório:**
  - 2.1. Declarações de caráter obrigatório, no âmbito do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Para conhecimento.**
  - 2.2. Declarações emitidas ao abrigo do artigo 15.º Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março – SMAS Leiria – Para conhecimento;**
- 3. Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos – Para conhecimento;**
- 4. III Modificação ao Orçamento Municipal de 2022 – Apreciação, discussão e votação;**
- 5. Compromissos Plurianuais Assumidos 2021-2025 – SMAS Leiria – Para conhecimento;**
- 6. 3ª Modificação – 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e GOP's 2022 – SMAS – Apreciação, discussão e votação;**
- 7. Procedimento concursal de recrutamento e seleção cargos direção intermédia 2º grau – SMAS Leiria - Apreciação, discussão e votação;**
- 8. Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento Interno dos Mercados Municipais do Concelho de Leiria – Apreciação, discussão e votação;**
- 9. Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Gestão e Manutenção dos Pavilhões Desportivos Municipais Correia Mateus e Pousos – Apreciação, discussão e votação;**
- 10. Juntas de Freguesia:**



- 10.1. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras – Prorrogação de Prazo – União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista – Apreciação, discussão e votação;**
- 10.2. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual à Freguesia Caranguejeira – Apreciação, discussão e votação;**
- 10.3. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas – Retificação Adenda n.º 5 – Apreciação, discussão e votação;**
- 10.4. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6 – Apreciação, discussão e votação;**
- 10.5. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6 – Apreciação, discussão e votação;**
- 10.6. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6 – Apreciação, discussão e votação;**
- 10.7. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6 – Apreciação, discussão e votação;**
- 10.8. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável – Adenda n.º 1 – Apreciação, discussão e votação;**
- 10.9. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda – Apreciação, discussão e votação;**
- 10.10. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal no âmbito da toponímia e**



**sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

**10.11. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bajouca no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

**10.12. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

**10.13. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Caranguejeira no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

**10.14. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Coimbra no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

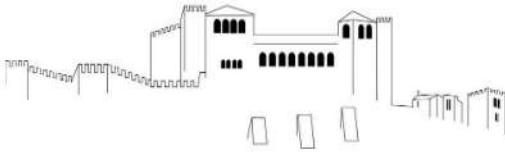
**10.15. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

**10.16. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Milagres no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

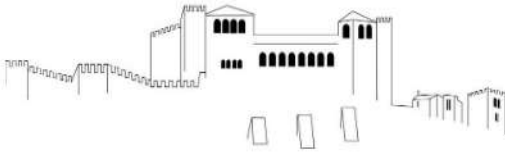
**10.17. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Requeira de Pontes no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

**10.18. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

**10.19. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira**



- e Cortes no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;
- 10.20. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;
- 10.21. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Monte Real e Carvide no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;
- 10.22. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;
- 10.23. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Parceiros e Azoia no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;
- 10.24. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Santa Catarina e Chainça no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;
- 10.25. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Santa Eufémia e Boavista no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;
- 10.26. Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Souto Carpalhosa e Ortigosa no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;
- 10.27. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à Freguesia de Amor –** Apreciação, discussão e votação;
- 10.28. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria –** Alteração de candidatura do apoio



**para despesas de capital – Freguesia de Arrabal** – Apreciação, discussão e votação;

**10.29. Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Colmeias e Memória** – Apreciação, discussão e votação;

**10.30. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Colmeias e Memória** – Apreciação, discussão e votação;

**10.31. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes** – Apreciação, discussão e votação;

**10.32. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Monte Real e Carvide** – Apreciação, discussão e votação;

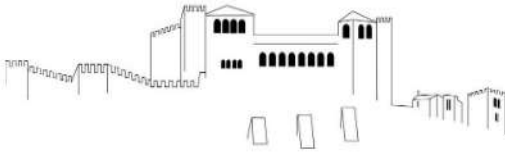
**10.33. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira** – Apreciação, discussão e votação;

**10.34. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Parceiros e Azoia** – Apreciação, discussão e votação;

**10.35. Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à Freguesia de Regueira de Pontes** – Apreciação, discussão e votação;

**11. ANAM (Associação Nacional das Assembleias Municipais) – Aumento valor quota anual** – Apreciação, discussão e votação;

**12. Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Leiria (CPCJ) - Designação de quatro cidadãos eleitores, nos termos da alínea I), do Artigo 17º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em P, aprovada pela Lei nº 147/99, de 1 de setembro, alterada** – Apreciação e Votação;



**13. Relatório anual de atividades 2021 da CPCJ de Leiria de acordo com o estipulado na alínea h) do nº 2 do art.º 18º da LPCJP - Para conhecimento;**

\*\*\*\*\*

O senhor **Presidente em exercício, José da Silva Alves**, a todos cumprimentou e deu início à sessão, começando a senhora **1ª secretária, Célia Maria Magalhães Brogueira Teixeira Afra**, por efetuar a chamada de modo a verificar-se se já existia quórum para se poderem iniciar os trabalhos. Confirmada a existência de quórum o senhor **Presidente em exercício** deu início à sessão agradecendo a todos os membros da Assembleia Municipal, senhores deputados e seus líderes, que concordaram com a hora de início da sessão. Explicou que quando fizeram o Regimento foi sugerido que a hora de início das sessões fosse mais cedo para que não acabassem tão tarde. Referiu ainda que para além de vir presidir a esta sessão terá ainda de ir representar a Assembleia Municipal no congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais que terá lugar na Covilhã o que faz com que tenha de sair às 7 da manhã.

De seguida, o senhor **Presidente em exercício** passou a informar as faltas e os pedidos de substituição da sessão.

Os senhores deputados que se encontravam a participar na sessão através de videoconferência queixaram-se de que não conseguiam ouvir o que se passava em sala. A sessão foi interrompida devido a problemas técnicos.

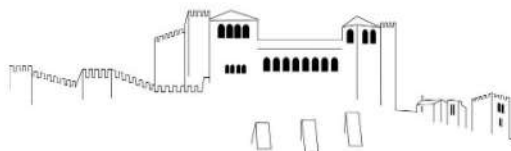
Reposta a normalidade da sessão, o senhor **Presidente em exercício** referiu o pedido de suspensão de mandato do deputado José Pereira dos Santos, por 3 meses, por razões de saúde, colocando o mesmo a votação. O pedido foi aprovado por unanimidade entrando para o seu lugar a senhora deputada Susana Sequeira.

O senhor **Presidente em exercício**, fez saber que a ata referente à sessão extraordinária realizada no dia 26 de novembro 2021 (**ata nº 8/2021**), que foi disponibilizada a todos para leitura, se encontrava para aprovação tendo submetido a mesma à apreciação. A ata foi **aprovada por maioria, com duas abstenções**.

Continuando a sua intervenção o senhor **Presidente em exercício** enumerou as representações efetuadas pela Assembleia Municipal:

- **27/01/2022** – Assembleia Intermunicipal CIMRL;
- **28/01/2022** – Apresentação da Agenda Cultural do Município (Dra. Célia Afra);
- **05/02/2022** – Cerimónia abertura “Leiria Cidade Europeia do Desporto 2022”;
- **10/02/2022** – Conselho Municipal da Saúde (tomada de posse);
- **11/2/2022** – Apresentação do livro “Retalhos da vida do Sonhador – Fazedor João Vasconcelos”





Município de Leiria  
Assembleia Municipal

Em relação ao ponto 10 da Ordem de Trabalhos o senhor **Presidente em exercício** esclareceu que a Mesa pediu e obteve diversos pareceres, nomeadamente da CCDR do Centro, a dizer que os Presidentes de Junta podem participar e votar os pontos das suas freguesias contrariando a ideia inicial que se tinha. Nesse sentido, comunicou que já da última vez se tinham apresentado e votado os pontos todos juntos sendo o que irá acontecer na presente sessão face a esses mesmos pareceres. Informou que a Mesa deixou de estar vinculada, ou melhor os Presidentes de Junta, mas a Mesa deixa de ter este escrúpulo de deixar ou não intervir os Presidentes de Junta. Referiu que para a Mesa os Presidentes de Junta reassumem o seu papel de deputados municipais por inteiro, como é seu direito, e pronunciar-se-ão ou não e votarão ou não conforme entenderem.

Como tem vindo a ser feito em outras Assembleias Municipais, e de modo a não retirar aos munícipes o seu direito a usar da palavra na sessão, também a Assembleia Municipal de Leiria permitiu a sua inscrição, tendo-se inscrito dois munícipes.

**Munícipe Joaquim Ferreira Pedrosa**

*Transcrição:*

*"Boa noite a todos,*

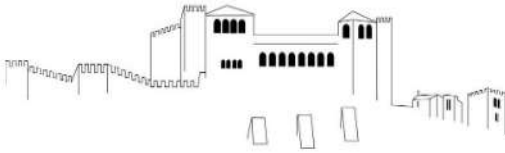
*Exmo. Sr. Presidente, Senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores, o meu nome é Joaquim Pedrosa, faço parte da associação de moradores do Casal Novo Lage e Graveto da freguesia de Monte Redondo deste conselho, estou aqui em representação de 523 pessoas que assinaram o abaixo-assinado enviado no passado mês de outubro ao Exmo. Senhor presidente da camara a pedir a sua intervenção no flagelo das pragas de moscas que todos os anos invadem as nossas casas.*

*Pela resposta a esse pedido veio da Sra. vereadora Ana Valentim apenas a menção (pensamos nós) a um surto isolado que atingiu os Milagres, Pinheiros e zonas limites no final do ano passado. Vou por isso tentar ser bem claro!*

*Pragas e pragas de moscas todos os meses de fevereiro a novembro há já vários anos, nos lugares do Casal Novo, Lage, Graveto, Pinheiro Penedo, São Miguel, Arroiteia, entre outros.*

*Espero ter-me feito entender.*

*Estamos em crer, que a principal razão deste acontecimento se deve acima de tudo á má gestão dos estrumes desde a sua origem provenientes de alguns aviários e pecuárias existentes nestas localidades. Quer no seu armazenamento sem a devida desinfestação, quer na sua colocação em terrenos agrícolas, estrumes esses muitas vezes já impregnados de ovos e larvas, vindo estas a eclodir já nas terras afetando muitas*



*povoações como é o exemplo de Carreira, Sismaria, entre outras povoações perto dos terrenos do vale do Liz.*

*Não obstante as inúmeras queixas feitas a várias entidades, que de pouco ou nada tem valido a pena, vimos por tal e uma vez mais pedir a intervenção da camara municipal de leiria para que:*

*1º - As empresas do sector avícola e pecuária existentes em toda a região norte deste conselho, façam uma gestão correta dos estrumes provenientes dessas atividades eliminado assim a possibilidade de criação da larva da mosca e conseqüente eclosão.*

*2º - Que façam observar mais atentamente os armazenamentos de centenas e centenas de toneladas desse estrume e em que condições ... seja no interior dessas explorações ou fazendo armazéns de estrume em pavilhões desativados mesmo no epicentro das povoações.*

*Se por acaso existirem empresários que provem não ter condições financeiras para fazer as coisas como deve de ser... pois que lhes criem essas condições.*

*Estamos em crer que nos compete a nós munícipes cumprirmos com as nossas obrigações, mas também cremos acreditar que este órgão de soberania não só sabe bem o que neste conselho se passa, como tem o dever de nos defender dos ataques que são feitos á nossa saúde e qualidade de vida.*

*Senhor presidente senhores deputados,  
trata-se acima de tudo de um caso de saúde publica.*

*Segundo relatório de cientistas da universidade estadual da Pensilvânia, uma mosca pode transportar nas patas cerca de 300 tipos de bactérias causando nos humanos doenças como intoxicações infeções no estomago e até pneumonias. e não vou falar aqui das conseqüências económicas destas localidades pois os jovens saem para outras localidades, praticamente ninguém constrói ali uma casa para viver e quem as tem gostaria de se ver livre delas.*

*- Será que não temos o direito de chamar á responsabilidade as entidades negligentes nesta situação?*

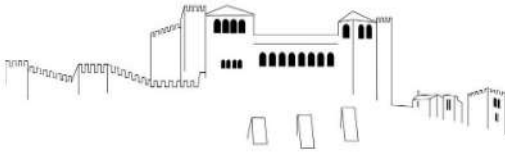
*- Será que não temos direito a uma qualquer indemnização?*

*- Será que devemos continuar a pagar IMI de habitações que mais se parecem com prisões? Não podemos abrir uma porta não podemos abrir uma janela!*

*- Será que devemos continuar a pagar os mesmos impostos de outros leirienses que disto nada sofrem?*

*- Ou será que há leirienses de primeira e leirienses de segunda?*

*Pense nisso, Sr. Presidente, pensem nisso senhores deputados!*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*Quanto às alterações climáticas e situação antrópica a que se referiam na vossa resposta, digo meus senhores... basta afarámo-nos algumas dezenas de quilómetros destas explorações e de moscas praticamente nada. Por isso, meus senhores, não vamos fazer isto por menos! Vamos arregaçar as mangas de uma vez por todas e fazer com que todos cumpram os seus deveres.*

*O lucro de uns não deverá assentar no sofrimento de outros!*

*Repito!*

*O lucro de uns não deverá assentar no sofrimento de outros.*

*Senhor Presidente, senhores deputados... se acham que temos que fazer mais para resolver esta situação, digam-nos o que temos que fazer.*

*Mais cartas, manifestações, petições nacionais, assembleia da república ir a Bruxelas! Claro que vamos!*

*Estamos em fevereiro... a Chã da Laranjeira e São Miguel já começam a sentir mais uma dose de moscas e podem ter a certeza, que se nada for feito a curto prazo, irão ouvir-me novamente. De tudo farei para não desiludir quem em mim depositou confiança estou aqui em meu nome, em nome dos que assinaram o abaixo-assinado, mas acima de tudo em nome daqueles que sofrem em silencio e não se podem manifestar para não sofrerem represálias.*

*No Facebook da nossa associação, está mais do que todos precisamos de saber a este respeito é só pesquisar associação de moradores Casal Novo, Lage e Graveto.*

*Não estamos contra ninguém, mas sim a favor de todos.*

*Boa noite e muito obrigado."*

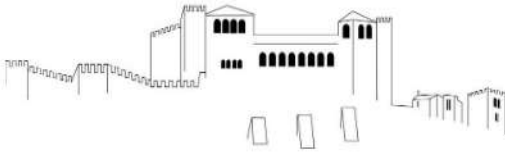
**Intervenção da senhora Presidente da UF de Monte Redondo e Carreira, Céline Gaspar**

**Transcrição:**

*"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,*

*Permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes na sessão e todos aqueles, deputados e cidadãos em geral, que nos acompanham via zoom e redes sociais. Cumprimento, também, de modo particular, o Presidente da Associação de Moradores do Casal Novo, Lage e Graveto, senhor Joaquim Pedrosa.*

*Esta Associação está sediada na Freguesia que represento e, desde o primeiro momento em que manifestaram o interesse nesta luta pela melhoria da qualidade de vida, do bem-estar e da defesa do ambiente, tiveram a nossa total colaboração. Na pessoa do Senhor Joaquim Pedrosa, agradeço todo o esforço e dedicação à causa, nomeadamente no que respeita às iniciativas de sensibilização quanto a estas questões junto da população local e, também, dos empresários da atividade agrícola e avícola da nossa Freguesia.*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

---

*Permitam-me, desde já, manifestar total solidariedade para com toda a população destes lugares da Freguesia, e de todos os outros que diariamente se veem a braços com problemas do mesmo género. Consideramos fundamental a união de todos esforços possíveis para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos e do ambiente do nosso território.*

*O facto de estarmos inseridos num território, onde os campos e as florestas são predominantes e não existindo uma solução definitiva e exequível quanto ao tratamento dos resíduos, o bem-estar das populações está diariamente em causa.*

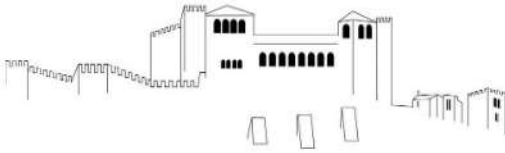
*Ao longo dos últimos anos a manifestação popular, sobretudo relativamente à praga de moscas que se sente junto às suas habitações, tem-se acentuado e a Junta de Freguesia sempre apresentou essa preocupação junto das autoridades e em articulação com o Município de Leiria realizou todos os esforços possíveis e ao seu alcance, para que se pudessem reduzir ou erradicar estes episódios.*

*Sempre que um cidadão do lugar ou sempre que presenciei pessoalmente situações prevaricadoras sobre o problema, comunicámos às autoridades, uma vez que não dispomos nem de competência nem de recursos que possam diretamente apresentar uma solução definitiva para o problema em questão.*

*Essas manifestações, quer por parte dos cidadãos, quer por parte das Juntas de Freguesia, dado que, infelizmente, a situação referida se apresenta num vasto território, levaram o Município de Leiria a promover várias ações de desinfestação por empresa certificada para o efeito. Sendo, porém, reconhecida a ineficácia absoluta das ações, uma vez que estas foram efetuadas ao ar livre e não em zonas específicas e fechadas e, por ação do vento, a dispersão e diluição dos produtos aplicados foi muito acentuada.*

*Além destas ações, o Município de Leiria solicitou a colaboração do Serviço Municipal de Vigilância Ambiental e das entidades policiais com competência ambiental, nomeadamente a BriPA e o SEPNA. Complementarmente, foi ainda solicitada a colaboração da CCDR-C, no entanto, uma vez que a origem destas pragas não se identificou como estando associada ao funcionamento de uma atividade industrial/comercial, sendo a mesma desconhecida, aquela entidade nada pôde diligenciar.*

*A existência de pragas de moscas e cheiro nauseabundo tem sido uma constante no nosso território e acontece, sobretudo, devido aos espalhamentos de resíduos ou por depósito desta matéria nos campos ou pinhais. Para efetuar espalhamentos, é necessária licença atribuída pelo Ministério do Ambiente, da qual consta a data de validade e quantidade de resíduo por hectare. Porém, infelizmente, a fiscalização destas situações só é possível se, quando avistada, as autoridades sejam alertadas e é desse contributo*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*que também solicitamos à população. Sempre que se verificar este tipo de ação, torna-se necessário fazer-nos chegar um alerta para que possamos, junto das autoridades, articular a verificação do que está a acontecer.*

*Em tudo o que for possível à Junta de Freguesia colaborar no sentido de minimizar a questão, estaremos disponíveis.*

*Neste âmbito, solicitámos ao Município que fossem realizados todos os esforços para o desenvolvimento de uma ação de fiscalização a todas as explorações pecuárias e avícolas existentes circundantes a estes lugares, nomeadamente na Freguesia de Monte Redondo e Carreira e Freguesia de Souto da Carpalhosa e Ortigosa. Além disso, solicitámos que fossem realizados todos os esforços junto das autoridades competentes para que fosse desativado um depósito existente num antigo aviário existente no limite entre o Graveto e a Carpalhosa, cuja informação nos foi apresentada pela Associação. A par destas ações e no âmbito da candidatura à iniciativa Eco Freguesias XXI, pretendemos desenvolver uma ação de sensibilização quanto ao tratamento de resíduos e boas práticas nestas questões direcionada à população em geral, bem como às atividades profissionais direta e indiretamente relacionadas com estas preocupações.*

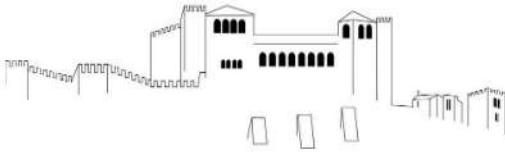
*Queremos, em articulação com as autoridades e com a Associação de moradores do Casal Novo, Lage e Graveto, ser promotores das Boas Práticas de Gestão de Resíduos Agrícolas nas explorações agrícolas. Apelamos a todos os agricultores que procedam à eliminação dos resíduos sem pôr em perigo a saúde humana e sem utilização de processos ou métodos suscetíveis de prejudicar o ambiente.*

*Reconhecemos que, dentro do que são as suas competências, e também além delas, o Município de Leiria tem realizado todos os esforços possíveis para encontrar uma solução e, tal como anunciado, esta é uma prioridade para esta autarquia. Estamos, pois, disponíveis, para, em conjunto, fazer cumprir as regras necessárias para o cumprimento dos desígnios ambientais urgentes no que respeita à atividade agrícola (em todas as suas formas e conteúdos) e, desta forma, permitir maior consciencialização quanto ao mal que provocam aos moradores destes lugares e circundantes.*

*Obrigada."*

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Gonçalo Lopes**

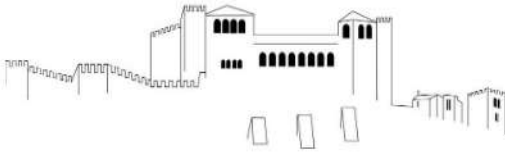
Cumprimentou todos os presentes e em especial a Associação de Casal Novo, Lage e Graveto pela intervenção que tiveram e pela atitude cívica de defenderem os interesses comuns das pessoas que lá vivem. Referiu que para os autarcas seja de Município, seja de Freguesia, é muito importante ter uma população resiliente que lute ao seu lado porque estão do mesmo lado para tentar resolver os problemas das localidades e neste caso, os problemas ambientais. Como foi explicado pela senhora Presidente da União de



## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

Freguesias de Monte Redondo e Carreira, as questões ambientais resultantes da produção de efluentes pecuários, neste caso de aviários, é algo que preocupa o Município e as Juntas de Freguesia porque sabem que este problema se arrasta há bastantes anos. Afirmou que neste caso em concreto, uma vez que há uma identificação de localidades e de áreas onde existe esta praga e que se tem vindo a repetir ano após ano, o desafio e a proposta que foi apresentada pela Presidente de Junta parece-lhe que pode ser um método de trabalho que podem iniciar desde já. Explicou que criaram um serviço de vigilância ambiental que tem a competência, a função de encontrar focos de poluição. Cada suinicultura e cada aviário tem obrigação legal de ter um plano de gestão dos seus efluentes, é obrigatório ter esse plano, e o não cumprimento desse plano como poderá ser o caso, caso haja origem no incumprimento que inclui nesses planos, naturalmente, a valorização agrícola que é o chamado espalhamento, mas obriga também a ações de desinfestação das suas próprias explorações, ou seja, há um trabalho nestas atividades económicas que decorrem de um conjunto de intervenções dentro das suas próprias explorações para minimizar os impactos e, por isso, será importante que caso a associação que conhece bem o território juntamente com as duas Freguesias aqui apresentadas, com o serviço de vigilância ambiental do Município, mas, sobretudo, com a participação das autoridades e das forças de segurança competentes, nomeadamente a GNR através do seu serviço ambiental, mas com uma presença efetiva da Direção Regional de Agricultura, que é quem controla as atividades deste tipo de explorações aprovando e fiscalizando se a atividade agrícola decorre dentro da lei nessas explorações. Disse fazer todo o sentido iniciar um processo de verificação junto dessas explorações verificando se as regras de gestão do efluente estão a ser as melhores e tomar medidas para que este impacto seja minimizado. Afirmou saberem que este é um território que tem dezenas de pavilhões com aviários, portanto, terá que ser definido uma estratégia em conjunto. Referiu que seguramente há situações que deverão ser avaliadas e que terão que ser melhoradas obrigatoriamente e, portanto, esse trabalho pode ser desenvolvido e o seu pedido é que se crie esta equipa e que se inicie um processo de fiscalização junto das explorações desse território uma vez que há uma manifestação clara da população através deste abaixo-assinado e de outras manifestações para que se possa fazer essa verificação. Afirmou ser muito importante a presença dos munícipes afetados pela situação ou pelo menos a sua indicação daquilo que são efetivamente os problemas porque, como foi dito anteriormente, a Câmara fez ações de desinfestação, em ambiente aberto, mas que não produzem efeitos. Disse ser necessário encontrar o foco daquilo que é a criação de larvas, das moscas que muitas vezes estão acamadas no próprio efluente resultante da atividade sendo por isso fazer

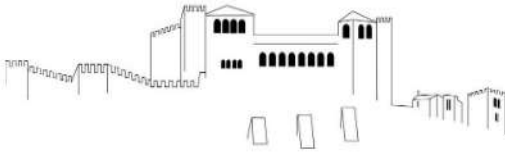


uma ação de verificação nas próprias explorações partindo do princípio que a origem está aí. Afirmou pretenderem fazer isto com uma ação pedagógica pois está a falar-se de muitos pavilhões. Pretendem definir uma estratégia para conseguir fazer o acompanhamento sendo esse o desafio que deixou também às duas Juntas de Freguesia visadas para acompanhar uma vez que há ali uma parte na parte mais a norte dessa freguesia (UF Ortigosa e Souto da Carpalhosa) juntamente com as instituições que referiu anteriormente, mas em especial com a mobilização da Direção Regional de Agricultura pois tem a noção exata de como funciona uma exploração deste género e têm capacidade para fazer essa intervenção. Concluiu dizendo que nos próximos dias vão dar conta daquilo que foi esta Assembleia Municipal e daquilo que são as preocupações da população afetada cuja presença na sessão de hoje serviu para alertar aquilo que é o seu dia a dia motivo pelo qual vão tomar em devida conta os seus objetivos.

**Intervenção da munícipe Lucília da Silva Letra**

**Transcrição:**

*"Boa noite. Lucília Letra, da freguesia de Coimbrão  
Na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal cumprimento todos  
Na sequência da minha intervenção na Assembleia Municipal de 18 de junho de 2021, e da resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria, questiono qual o ponto de situação relativamente à devolução da antiga escola Primária do Coimbrão à Junta de Freguesia, sem onerar com isso uma vez mais os fregueses do Coimbrão;  
Seguidamente, não irei falar da EN 109-9 que liga Monte Redondo ao Pedrógão, que há 30 anos não vê uma manutenção digna desse nome e que continua a somar acidentes rodoviários, sem que as entidades ajam em conformidade, falarei sim de uma situação transversal a todo o município. Gostaria que me explicassem qual a dificuldade existente no Município de Leiria em garantir a Segurança Rodoviária nas estradas municipais e florestais, nomeadamente no que respeita a manutenção e conservação da sinalética vertical e horizontal. Dou como exemplo as vias na minha freguesia que foram afetadas com os incêndios de 2017 e que desde então, apesar de já se ter melhorado a sinalética vertical de algumas vias, nada foi feito quanto à sinalética horizontal, apesar dos vários pedidos, o que coloca em risco todos quantos circulam naquelas vias, uma vez que esta sinalética, de acordo com a legislação em vigor, deve ser visível em qualquer altura do dia e em condições atmosféricas adversas, o que não é o caso.  
Em terceiro lugar, gostaria de parabenizar os vários partidos políticos que se candidataram às últimas autárquicas ao Município de Leiria, pois fosse através dos seus programas eleitorais ou dos debates em que participaram demonstraram preocupação,*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*interesse, empenho e solidariedade no que respeita à recuperação do Pinhal de Leiria, vulgo Pinhal do Rei, vulgo Mata Nacional de Leiria, localizado, como é do domínio público, no Concelho da Marinha Grande.*

*Questiono:*

*Agora que foram eleitos, quando irão preocupar-se com igual empenho, e AGIR em prol da Mata Nacional do Pedrógão e da Mata Nacional do Urso que atravessam o Concelho de Leiria e que arderam no mesmo dia? E neste sentido pergunto também se me sabem esclarecer sobre qual o encaixe financeiro da venda das arbustivas e lenhosas dos talhões destas matas, localizados neste Concelho? Qual o plano de atividades, sua calendarização e investimento realizado e a realizar nestas matas nacionais? Qual o plano para combater as invasoras que tomaram posse das Matas Nacionais? Qual o impacto na biodiversidade local e como mitigar esse impacto? Qual o impacto no lençol freático existente e já agora para quando o Plano de Gestão Florestal das referidas Matas Nacionais, visto já terem passado mais de 4 anos sobre os incêndios? E por último, porque será que até hoje não vimos os municípios que viram as suas áreas florestais arder unirem-se para garantir que a recuperação das matas nacionais é realizada com a urgência que merece?*

*Finalmente, e porque, infelizmente por mais do que uma vez, como munícipe me senti desconsiderada por esta casa, quero propor ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que ofereça a cada deputado, independentemente da sua experiência municipal: uma cópia da Constituição da República Portuguesa, uma cópia da Lei 75/2013, conhecida como lei das competências e finalmente um mapa onde seja visível toda a área geográfica do Município de Leiria, para que estudem estes documentos e tenham em mente a importância do seu papel.*

*Quem sabe assim, não continuem a desconsiderar todos os eleitores, perdoem-me, munícipes de Leiria que não vivem na cidade de Leiria, mas sim nas mais diversas localidades deste vasto Município, que exerceram o seu direito de voto, que fizeram e fazem intervenções válidas e suportadas na legislação em vigor, mas acima de tudo que merecem o mesmo tratamento e a mesma consideração.*

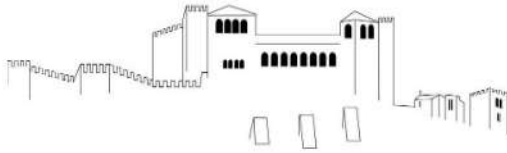
*Recordo que os senhores deputados municipais foram eleitos para representar os interesses de TODOS, repito Todos, os munícipes de Leiria e não apenas de alguns.*

*Disse. Obrigada.”*

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Gonçalo Lopes**

Relativamente à questão da escola do Coimbrão esclareceu estarem em processo de negociação com a Junta de Freguesia, processo esse que tem de ter enquadramento legal. Disse terem já uma base de acordo que em devida altura será transmitido aos





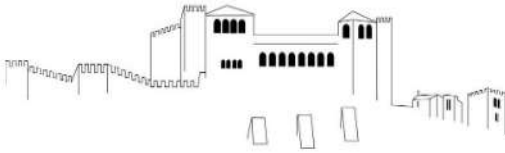
## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

órgãos próprios quer da Junta de Freguesia, quer da Assembleia de Freguesia uma vez que implica a permuta de património juntamente com uma parte em dinheiro resultante dessa permuta e dessa maneira resolver o problema. Afirmou ser a solução que conseguiram encontrar para dar soluções concretas àquilo que são os objetivos da Junta de Freguesia uma vez que o processo todo, que o anterior executivo da Junta teve o cuidado de fazer o seu histórico, a partir do momento em que se faz uma escritura de justificação torna-se difícil reverter a mesma sendo este o caminho que está a ser negociado e preparado esperando nos próximos tempos resolver essa situação de forma rápida.

No que diz respeito à segurança rodoviária, nomeadamente as marcações horizontais na Freguesia, informou que irá pedir ao Vereador responsável pela área do trânsito para que em conjunto com a Junta consigam identificar os pontos mais críticos que foram aqui apresentados, nomeadamente aqueles que resultam do desaparecimento de marcações a nível de estrada e de pintura de modo a ver se algumas situações ficam resolvidas. Referiu terem milhares de quilómetros de estrada que terão de fazer a manutenção e reparação dentro daquilo que são as suas competências algo que pretendem analisar com rapidez. Relativamente ao pinhal e à mata que ardeu no concelho disse ser naturalmente uma área de intervenção que tem sido acompanhada de muito perto por parte da Câmara Municipal junto das entidades competentes. Como disse e bem a mata é nacional não é uma mata municipal nem de freguesia, mas a Câmara tem a obrigação de fazer essa pressão, o acompanhamento e também apresentar soluções para uma rápida e correta reflorestação e por isso, têm este ano uma ação muito concreta no que diz respeito àquilo que é o nosso território tendo começado já a dialogar com o ICNF para que se consiga de uma maneira eficaz começar a fazer ações concretas de reflorestação, ou seja, está dentro do seu panorama e da sua ação política.

Em relação ao tratamento e ao respeito por todos os Leirienses disse que da sua parte, da equipa que lidera, não têm, não querem e não fazem qualquer distinção entre a cidade e as aldeias. Afirmou terem uma relação com todas as Juntas de Freguesia independentemente das questões partidárias. Disse ter o máximo respeito pela munícipe Lucília Letra, motivo pelo qual na quarta-feira se deslocou de propósito para falar com ela sobre estes problemas, algo que se não tivesse não tinha tido essa atitude. Disse ainda que, sempre que possível, tenta resolver os problemas com máxima proximidade ou no atendimento que faz ou nas deslocações que faz sempre que é necessário intervir, se não conseguem fazer mais e porque é humanamente impossível. Afirmou que apesar do concelho ser grande não têm falta de respeito pelos municípios e nem ele o aceita.



## Município de Leiria Assembleia Municipal

O senhor **Presidente em exercício**, referindo-se à última parte da intervenção que interpela o senhor Presidente da AM disse que se percebeu que não se trata de fornecer livros nem tão-pouco pdf's aos senhores deputados que têm acesso à Constituição, à Lei e ao Regimento online, toda a gente hoje tem. Disse não custar nada criar no site mais um item com a legislação autárquica, mas a verdade é que é uma crítica que a munícipe está a fazer não desta forma, mas na forma dos deputados não se interessarem pelos problemas das Freguesias, mas sim pelos problemas da cidade ou de alguma parte do concelho. Afirmou que a crítica fica com a quem a profere sendo que a liberdade e a democracia são isto mesmo e os senhores deputados interiorizam ou não, aceitam a crítica ou não conforme a entenderem e agirão como sempre em inteira liberdade em respeito pelo mandato que lhes foi conferido pelos eleitores e é perante esses eleitores que respondem. Estando presentes na sala deputados eleitos pelo concelho, mas oriundos de diversas Freguesias rurais, que juntamente com os senhores Presidentes de Junta que também são membros de pleno direito desta casa que representa todo o concelho, incluindo o Presidente da Junta de Coimbra freguesia a que pertence a munícipe Lucília Letra, sabem melhor do que ninguém interpretar todas as necessidades e os problemas dessa região e saberão transpô-los para a Câmara e também à Assembleia Municipal e nós cá estaremos para os apreciar e para os apoiar sempre merecedores disso certamente não sendo preciso distribuir literatura a ninguém para fazer esse trabalho.

O senhor **Presidente em exercício** deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia"

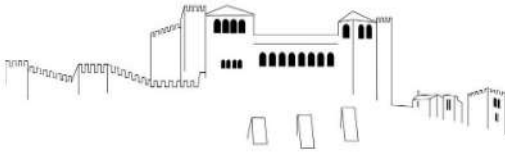
### **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE**

##### **Transcrição:**

*"Exmo. Senhor Presidente da Mesa permita-me que na sua pessoa cumprimente todos os presentes e aqueles que nos seguem em casa.*

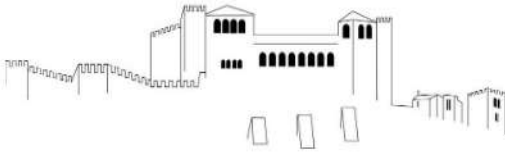
*A minha intervenção vem no sentido até do que disse a dona Lucília e refere-se à questão das matas nacionais que eu já trouxe a esta Assembleia em abril de 2018, outubro de 2018 e fevereiro de 2020. As matas nacionais do Pedrógão e do Urso que fazem parte do nosso concelho e que em 2017 arderam 90,54% respetivamente. É conveniente antes de mais esclarecer que a Mata Nacional de Leiria de que tanto se tem falado e bem não faz parte do nosso concelho de Leiria, mas sim da Marinha Grande, eu não me confundo e o lugar para essa discussão é na Marinha Grande e não aqui. Achava eu ser quase insultuoso este esclarecimento, mas depois de ouvir recentemente o Presidente da*



## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

*Câmara Municipal de Pombal confundir a geografia das matas achei que este esclarecimento seria necessário nem que seja só para ele. Tentando não vos cansar com pormenores, a questão é a seguinte: após os incêndios de 2017, o Governo pôs em prática uma Lei que tinha na gaveta desde 2009, a Lei 16/2009 de 14 de janeiro. De acordo com a referida Lei após serem aprovados os programas regionais de ordenamento florestal, o que aconteceu em 12 de fevereiro de 2019, o ICNF tinha o prazo de 3 anos para apresentar os vários planos de gestão florestal. Cumprindo o prazo que terminaria agora em 12 de fevereiro de 2022, o ICNF apresentou o seu plano de gestão florestal para a mata de Leiria. Este documento foi alvo de inúmeras e fundamentadas críticas tendo culminado com a proposta de chumbo do mesmo quer pelo Município da Marinha Grande, quer pela nossa Comunidade Intermunicipal e aqui reside o problema senhor Presidente. É que na Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria esteve presente o senhor Presidente na sua qualidade de Presidente também da Comunidade Intermunicipal nesta tomada de posição de proposta do chumbo do Plano Florestal da Mata de Leiria. Viu a garra e a eficiência dos outros concelhos na defesa das suas matas nacionais e assim eu pergunto, e as nossas matas nacionais de Pedrógão, que ardeu 95%, e do Urso, que ardeu mais de 50%? Onde estão os planos de gestão florestal destas matas que deveriam ter sido igualmente elaborados até 12 de fevereiro do corrente mês? O que tem sido feito pelo Município para a reflorestação das nossas matas para além dos 19 mil euros gastos numa mera operação de charme sem qualquer relevância prática? Porque continuam as nossas matas de Pedrógão e do Urso sem qualquer estratégia de mitigação dos danos causados pelos incêndios de 2017? Veja como os colegas da Comunidade Intermunicipal lutam pelas suas matas e siga-lhes o exemplo pois desde 2007 até ao presente nem uma palavra foi proferida por V<sup>a</sup> Ex<sup>a</sup> relativa ao flagelo de que fomos vítimas. Mas mais, veja também o que fazem as outras Comunidades Intermunicipais. O Oeste CIM, por exemplo, vai chamar a si a responsabilidade de gestão do serviço público de transportes com um investimento de 6 milhões de euros livrando-se assim da dependência total de operadoras privadas com recurso à parte, programa que nunca soubemos aproveitar. Na verdade, estes dois casos que apresentei estão ligados às Comunidades Intermunicipais. A influência e intervenção destas comunidades sobe de dia para dia e a nós, em Leiria, o nosso Presidente que também o Presidente da Comunidade Intermunicipal nada nos nos diz. A Comunidade Intermunicipal continua fechada em si mesma não prestando quaisquer contas da sua atividade junto desta Assembleia Municipal. Isto tem que mudar, pois é um verdadeiro atentado à democracia autárquica e aqui deixo, mais uma vez, o repto, o segundo em 4 reuniões. Tragam a esta Assembleia Municipal o plano de atividades e orçamento da*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

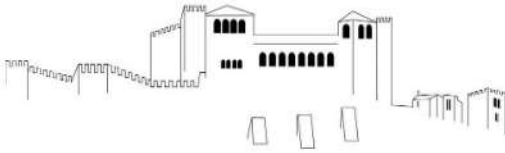
*Comunidade intermunicipal de Leiria para conhecimento dos restantes partidos que não têm lá representatividade, ou seja, todos à exceção do PS e PSD. Por último, senhor Presidente e rapidamente trago-lhe um pedido. Os terrenos da prisão escola continuam verdes porque o Ministério da Justiça nunca abdicou dos mesmos a favor da pressão imobiliária do Município ao longo dos anos. Tivesse o Ministério da Justiça abdicado da sua propriedade e tenho a certeza de que hoje teríamos prédios a perder de vista desde a rotunda Dom Dinis até ao IPL. No passado dia 15 de fevereiro estive cá a ministra da Justiça e ficámos a saber que o senhor Presidente pretende a transferência para o Município de uma parcela de terrenos da prisão escola para a construção de um parque de estacionamento junto à rotunda Dom Dinis. Senhor Presidente, não faça isso, não estrague aquela zona verde para construir um parque de estacionamento. Bem sei que em frente irá nascer um novo parque verde, mas porquê esta espécie de compensação onde se constrói uma zona verde e destrói-se outra mesmo em frente isso mesmo. Deixe os terrenos da prisão escola em paz, arranje outro sítio para estacionar os carros e tirá-los do centro da cidade. Oiça os Leirienses e pergunte-lhes se querem ver um parque de estacionamento nos terrenos da prisão escola. Aposto que irá ficar surpreendido pelo gosto que os Leirienses têm por aqueles terrenos que, na verdade, nunca foram nossos e sejamos sinceros, felizmente que assim o foi. Obrigado.*

**Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP**

Transcrição:

*"Muito boa noite senhor Presidente da Mesa, representado pelo senhor Secretário José Alves, na sua pessoa cumprimento toda a Mesa assim como o senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, comunicação social e público que nos vê em casa.*

*Na verdade, não íamos falar sobre as matas ou sobre concretamente a mata de Leiria, mas cabe-nos também aqui recordar que sofremos exatamente as mesmas inquietações ou da mesma inquietação que esta munícipe aqui apresentou e foi por isso exatamente que desde 2020, enfim, desde 2017 e foi por isso que em 2020 nesta Assembleia Municipal, em unanimidade com todos os deputados aqui presentes, apresentámos uma moção relativamente à defesa do Pinhal de Leiria ou da Mata de Leiria para pedir efetivamente um reforço, enfim, daquilo que poderia ser a pressão que o Município de Leiria poderia fazer junto do Governo, que é da mesma cor e, portanto, presumimos que poderia, de fato, haver aqui alguma atitude mais proativa e a verdade é que não podemos deixar de partilhar a mesma inquietação em 2022, tal como esta munícipe, porque, de fato, não sentimos grande surto ou grande fruto neste caso desta moção que foi assinada e aprovada por unanimidade e, portanto, deixo exatamente as mesmas*

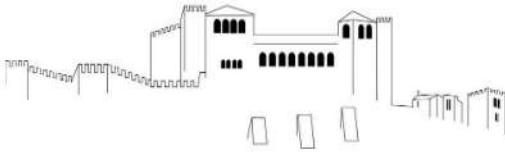


Município de Leiria  
Assembleia Municipal

---

*questões que aqui foram partilhadas e que também não me deixaram descansada com o tal plano de reflorestação que está previsto para 2022 e neste caso proponho então que seja apresentado a esta Assembleia esse tal plano que o senhor Presidente aqui mencionou.*

*Mas pronto, na nossa apresentação aqui para o período de antes da ordem do dia, de fato, não estava mencionado as matas, mas vimos ou não podíamos deixar de vir falar nesta sessão sobre um loteamento situado em Arrabalde de Além, na freguesia de Marrazes em lotes situados entre a estrada dos Marinheiros e a rua Manuel Vieira Cordeiro onde foi dado início ilegal a obras de construção que violam o alvará de loteamento e ocuparam abusivamente áreas do domínio público municipal classificadas como espaço verde tendo sido nelas efetuadas terraplanagens tão severas e radicais que chegaram aos edifícios aí construídos colocando em perigo a sua estabilidade e segurança. Tudo feito às claras sem que a Câmara tivesse movido uma palha que fosse. Foram os moradores residentes nos edifícios já construídos desse mesmo loteamento que atuaram de imediato, o que conduziu ao embargo da obra, à suspensão dos trabalhos e à retirada das máquinas, mas o abuso existiu e o perigo está lá. Portanto, cabe-nos perguntar como é que este caso pôde acontecer. Se houve negligência, pelos vistos sim, é mau ou estamos perante um caso que se inscreve na ideologia e na prática do urbanismo neoliberal que parece ser o que se instalou em Leiria ao melhor estilo "Proencista". É preciso restaurar a legalidade com a reposição física do abusivamente ocupado e destruído e é preciso rapidamente garantir condições de segurança aos edifícios confinantes e a reconstrução e melhoramento dos espaços verdes municipais. É ainda necessário não esquecer que esta zona tem acessos insuficientes sem possibilidade de serem melhorados e que isso é um problema claramente no campo da mobilidade. A ver vamos o que é que esta Câmara irá fazer correr sobre esta situação. Não podemos também deixar de falar aqui sobre o plano de limpeza / valorização da Ribeira dos Milagres e da frente ribeirinha do rio Lis na cidade de Leiria. Não queremos deixar de reconhecer que este plano contempla boas práticas de prevenção ambiental durante as intervenções de limpeza e obras de restauro ecológico e o esforço e empenho que a Câmara Municipal sim teve em querer melhorar a gestão das linhas das águas através das intervenções que contemplem a preservação ambiental e que se baseiam em princípios tentados na ecologia e na engenharia natural. Temos ainda assim algumas preocupações e algumas questões que gostaríamos de colocar a respeito das intervenções destas limpezas, concretamente na semana de 7 a 11 de fevereiro no troço que foi desde a ponte d'el rei Dom Dinis e que terminou junto do açude e ponte dos Caniços, aliás, algo que a organização Oikos também já veio falar à comunicação social.*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*A verdade é que olhando para o plano apresentado e para as práticas que podemos observar, e peço só aqui alguma tolerância de tempo já estou quase a terminar, mas isto é um assunto que eu acho que é de interesse para todos, a verdade é que quando olhamos para este plano as práticas que podemos observar verificamos ou ficamos com dúvidas se o espírito real deste plano está a ser mantido durante o processo de execução. Vejamos, e uma primeira pergunta, porque é que não está a ser cumprido o cronograma que foi por vocês apresentado no dia 8 de julho de 2021 numa sessão muito bem esclarecedora sobre esta situação? Este plano tinha bastante bem claro que estas limpezas deveriam ser feitas no verão e outono de 2021, 2022 e 2023. A verdade é que está a ser feito em final de Inverno e, portanto, o que vemos exatamente é o oposto, ou seja, estamos no final do inverno e agora foram feitas as limpezas de vegetação e, portanto, na justificação apresentada em público (senhora deputada tem de concluir por favor, o tempo é escasso) sim, vou já terminar senhor Presidente. Portanto, a calendarização que estava contemplada neste plano era para salvaguardar a possibilidade de nidificação das aves, a verdade é que isso não está a ser feito e, portanto, isso preocupa-nos. Uma última questão também e, portanto, também para terminar. Estão estes trabalhos a ser devidamente acompanhados tecnicamente, dado que temos aqui algumas situações claras de que há uma falta de cumprimento relativamente à empresa contratada, portanto, e que também nos dá a sensação de que os próprios técnicos do Município, concretamente na área do ambiente, possam analisar todas as externalidades e imprevistos que possam obrigar a um ajuste da intervenção. Isto para dizer que estamos claramente num inverno atípico, alterações climáticas à vista e este plano não contemplou esta situação e não está a acautelar e, portanto, temos a sensação de que o acompanhamento não está a ser feito exatamente por esta evidência. Muito obrigada."*

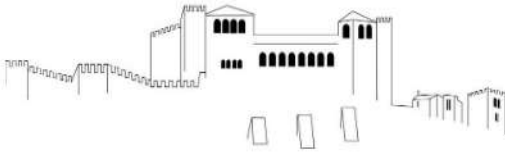
**Intervenção do senhor deputado Fábio Bernardino – PSD**

**Transcrição:**

*"Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria em substituição, permita que na sua pessoa cumprimente todos os presentes nesta Assembleia e todos que assistem a esta sessão online.*

*A primeira questão que coloco neste período antes da ordem do dia prende-se com o dinheiro investido na promoção da cidade de Leiria nomeadamente no evento da Final Four da taça da liga e na cidade de Natal.*

*A Câmara Municipal insiste há já vários anos em investir elevadas quantias em eventos que supostamente geram um enorme retorno para a cidade não só em termos económicos como em termos promocionais, como foi o investimento nas novelas ou*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

---

*filmes, se é que se pode chamar investimento a estes gastos, mas que em termos de retorno há sempre uma grande dificuldade em apresentar valores concretos que correspondam à realidade.*

*Em relação à Cidade de Natal, fomos dos municípios que mais gastou, foram mais de 400.000€ gastos, e não vale apenas vir com a desculpa e números um pouco difíceis de explicar que em termos per capita não gastamos assim tanto, porque claramente isso é demagogia, mas o que o Grupo do PSD gostava de saber é se ao fim deste tempo o executivo já sabe qual foi o retorno económico real desde evento?*

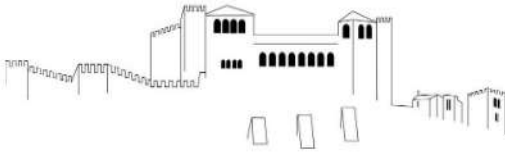
*E nesta resposta gostávamos de receber uma resposta séria assente em números reais não em demagogia como o foi já referido pelo gabinete de comunicação do município que referiu que "este investimento se insere na estratégia global para atrair a visita de pessoas ao concelho e não se circunscreve ao Natal, apesar da aposta forte nesta época, tendo reflexos muito positivos no comércio local", isto sem especificar que reflexos são estes. Nós queremos dados concretos.*

*No que diz respeito à Final Four da taça da liga, não querendo entrar nas falhas de organização que devem ser corrigidas nos eventos futuros, como a questão do trânsito e estacionamento caóticos nos dias de jogo, entre outras coisas, vamos nos focar apenas na questão do retorno económico que estes eventos nos trazem.*

*Eu começo por dizer que, pessoalmente sou a favor destes eventos, mas temos de equilibrar a balança entre o que é gasto e o que os Leirienses ganham com estes eventos. O Sr. Vereador do desporto afirmou numa entrevista recente ao Diário de Leiria que existe um retorno mediático de 130.000.000 Milhões para a cidade de Leiria com base num estudo que foi realizado em 2021, ora a questão que coloco é se nos pode fazer chegar esse estudo e quais são os números reais que a Câmara Municipal dispõe no que diz respeito ao impacto real que este evento teve na cidade e no seu comércio? Isto porque temos sérias dúvidas que o retorno tenha sido de 130.000.000 Milhões como foi referido.*

*A minha segunda questão está relacionada com o projeto do pavilhão para Leiria. Em primeiro lugar louvar a atitude de não avançar com um projeto que claramente da maneira como foi projetado tinha tudo para fugir ao orçamento inicialmente previsto. Mas, no entanto, gostava de saber qual é a solução que este executivo tem para apresentar aos Leirienses sobre este assunto? A ideia é mesmo avançar com um pavilhão apenas para a prática de desporto? Se for esse o objetivo não me parece que faça sentido, mais vale apostar nos vários pavilhões espalhados pelo concelho.*

*Ou se por um lado o vosso projeto é construir uma estrutura que contemple outras valências e possa receber um número elevado de utilizadores? Isto porque me parece*



*que este executivo não sabe o que pretende, mesmo após ter gasto centenas de milhares de euros em estudos.*

*Mais, dizer que não quer avançar com este projeto com medo dos gastos, mas depois anunciar que vai gastar 1.5 milhões de euros no antigo edifício do paço episcopal (onde já foram gastos milhões de euros) num projeto que não se percebe muito bem qual é a sua necessidade quando já existe no concelho salas que podiam ser usadas para esse efeito. Não me parece que seja um argumento coerente.*

*A última questão prende-se com o que justificou a forma excessiva como foram lipas as margens do rio Lis, nomeadamente com a destruição de ninhos de várias espécies que habitam estes locais?*

*Muito obrigado.”*

**Intervenção do senhor deputado Dário Seguro Joaquim – CDS-PP**

**Transcrição:**

*O tema que trago no período antes da ordem do dia é intenção de criar PARQUES SOLARES FOTOVOLTAICOS no nosso município, em concreto na União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira e na Freguesia da Caranguejeira.*

*É um tema com cerca de dois anos, que se encontra agora numa fase de desenvolvimento efetivo e consideramos oportuno resgatar para debate público.*

*A semana que decorre fomos brindados com situações semelhantes noutros municípios que estão a levar ao arranque autorizado pela tutela de 1079 sobreiros e 4 azinheiras numa área total de aproximadamente 15 hectares.*

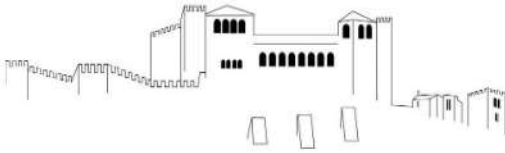
*Sabemos que existem lacunas na lei nestas questões e vazios legais que não favorecem a defesa do interesse público, mas permitam-me que questione:*

*Qual a estratégia do nosso Município na área das Energias Renováveis?*

*A prática alternativa de modelos de urbanismo ecológico, em paralelo com o já tradicional urbanismo tático, não encontraria noutros espaços do nosso município uma real alternativa para um caminho ecológico ao invés da opção por desflorestar áreas do nosso Concelho? Questionamos se fará sentido desflorestar uma zona equivalente a 80 hectares (80 campos de futebol), num momento em que nem sequer conseguimos ter uma estratégia verdadeiramente concertada de reflorestação de zonas ardidadas do nosso município.*

*Importa que façamos um estudo estratégico, capaz de dar prioridade não a interesses económicos sectoriais, mas de forma transparente e objetiva informemos e contextualizemos os cidadãos para as oportunidades e para os principais desafios das chamadas energias limpas, no médio e longo prazo.*





*Que efetivas vantagens têm em concreto para os Fregueses da Caranguejeira, Monte Redondo e Carreira e para todos os Municípios de Leiria este parque fotovoltaico nos moldes em que nos é apresentado? O que estamos a hipotecar do nosso futuro e das gerações futuras? A referida construção faz parte de uma estratégia concertada com o município?*

*Questionar ainda se está prevista como mínimo que consideramos moralmente necessário a reflorestação, em pelo menos idêntica proporção àquela que possa ser uma eventual desflorestação.*

*É bom e fundamental o progresso, mas a criação de alternativas renováveis desta natureza deixa-nos em reflexão se não estaremos a tornar estas energia sustentável, insustentável.*

*Relativamente a esta iniciativa e tendo em conta o necessário esclarecimento de todos os municípios das ações subscritas pelo atual executivo, o desafio que lanço ao Sr. Presidente da CML é que divulgue a matriz de ponderação daqueles que foram os pesos tidos em conta, como referiu o município e alegou ter tido por base para a aprovação dos parques fotovoltaicos e quais as respetivas dimensões dos parques.*

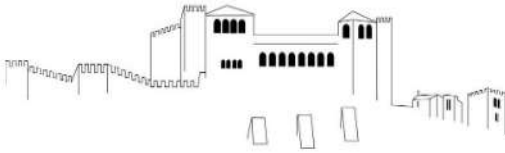
*Perante todos os municípios, acreditamos ser dever de o fazer, sobretudo em matéria de verdadeiro interesse público, oneroso para o debate desta questão e importante para a reflexão dos interesses legítimos das gerações presentes e futuras.*

**Intervenção do senhor deputado Renato Cruz – PS**

Transcrição:

*"Boa noite a todos. Cumprimento no senhor Presidente em exercício todos os presentes e todos os que nos seguem lá em casa.*

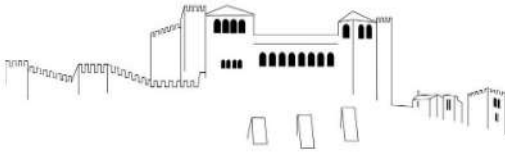
*Leiria, neste momento, já é capital europeia do desporto. Como sabem, decorreu no passado dia 5 de fevereiro a cerimónia que formalizou Leiria como capital europeia do desporto 2022. Foi uma gala que foi um tributo à diversidade, à inclusão no desporto e a todos os praticantes do nosso concelho. O evento contou com cerca de 800 atletas de cerca de 40 modalidades representativas de todos os clubes e associações que se quiseram juntar a este grande evento que mais uma vez promove o nome do nosso concelho. Os clubes e associações do concelho de Leiria são dos principais responsáveis pela oferta disponível em todo o concelho tornando a mesma acessível, seja na cidade, seja em todo o conjunto das 18 freguesias e uniões que compõem o nosso território. O excelente trabalho desenvolvido pelo município de Leiria culmina com esta importante atribuição que é também o reconhecimento do trabalho da equipa, neste caso, a equipa do desporto liderada pelo senhor Vereador Carlos Palheira ao qual não posso deixar de dar um agradecimento especial pelo trabalho desenvolvido e por esta grande conquista*



## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

*para a nossa cidade. Leiria será assim em 2022 a meca do desporto com centenas de eventos desportivos a acontecer ao longo deste ano que certamente boas memórias nos deixarão. Assim, o grupo parlamentar do Partido Socialista não podia deixar de se congratular com mais esta conquista do nosso concelho. Continuando no tema do desporto em Leiria, que tanta importância assume, principalmente neste ano de 2022, também não posso deixar de referir e assinalar o sucesso de mais uma edição da Final Four da Liga Portugal. Portanto, mais uma grande festa do desporto que trouxe de volta a Leiria o pulsar do futebol profissional. Sim, o pulsar, uma grande festa, senhora deputada. Essa grande festa permitiu novamente ter milhares de fãs do desporto rei em Portugal a visitar o nosso centro da cidade, a ver famílias a usufruir das atividades colocadas ao dispor nas Fan zones e, mais do que tudo, para mim teve um impacto em termos sociais que foi a voltar a ver centenas de famílias a poder usufruir do nosso estádio em segurança, ok? Portanto, é bom voltar a ver novamente este ambiente, toda esta grande festa à volta do futebol. De referir ainda que um evento desta dimensão, que a nível de transmissão televisiva, portanto, alguns dados já estão disponíveis, que são públicos, para termos uma noção a final do evento, a transmissão do mesmo teve cerca de 2.300 mil pessoas de visualização média sendo até à data o programa mais visto em Portugal desde o início do ano de 2022. Para já são estes os números públicos e conhecidos, parabéns Leiria por mais este grande evento de sucesso. Sobre o pavilhão, falando aqui um bocadinho também já que estamos a falar de desporto, abordamos também aqui a questão que tanto na ordem do dia tem estado, a questão do pavilhão, porque a posição do Município e a posição do programa do Partido Socialista, tivemos eleições há cerca de 6 meses nem tanto, portanto, é claro e é conhecido qual é a posição do Partido Socialista sobre o pavilhão multiusos, portanto, é um projeto que enquanto não houver um estudo claro que justificasse um investimento daquele valor deixa de ser um investimento prioritário. Com isto não queremos dizer que o pavilhão não é para ser feito, aquele ou outro. Agora, há aqui uma questão, ou várias questões que se calhar precisam de ser discutidas, não é? Estamos a falar de um pavilhão desportivo ou estamos a falar de um edifício para eventos? É que se estamos a falar de pavilhões desportivos, portanto, Leiria tem neste momento 10 pavilhões desportivos de gestão direta do Município. Os pavilhões dos Pousos, da escola Correia Mateus, da Maceira, do Arrabal, da Caranguejeira, do Souto da Carpalhosa, da Barreira, da Bajouca, de Santa Eufémia, o pavilhão inclusivo do Lis, que será inaugurado nas Cortes no próximo dia 1 de março, o pavilhão que está em construção no centro escolar dos Marrazes que terá uma capacidade de 900 lugares, portanto, será a maior infraestrutura fechada com capacidade para alguns eventos e temos também o pavilhão das Colmeias. Depois, há*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*mais 18 pavilhões em rede não precisar estar aqui a dizer o nome deles, mas que estão a ser apoiados pelo Município e que fazem parte de uma rede abrangente que começa desde a Bajouca até Santa Catarina da Serra, que neste caso é mais um dos pavilhões novos. Só no último mandato, para além do pavilhão do Lis acresceu a construção do pavilhão dos Marrazes, a construção e o apoio a uma associação por parte do Município, neste caso da CAR que felicito também por mais uma infraestrutura mais um pavilhão desportivo que está ao serviço dos munícipes e o novo pavilhão desportivo de Santa Catarina da Serra, ou seja, no último mandato houve mais 4 pavilhões desportivos novos. À parte disto, e isto tem sido discutido nos vários orçamentos, houve obras de requalificação de vulto em pelo menos 5 pavilhões, desde obras que foram trocar pisos, trocar telhados, fazer requalificações completas dos edifícios e voltar a dotar de condições para a prática desportiva em contexto, alguns até de alta competição de pavilhões que estavam completamente inutilizados. Portanto, era esta a imagem que eu queria deixar sobre o estado atual das infraestruturas desportivas em Leiria, portanto, elas são conhecidas, estão no livro que recebemos também da candidatura à capital europeia do Desporto e é só. Obrigado. Boa noite."*

**Intervenção do senhor deputado Pedro Assunção – PSD**

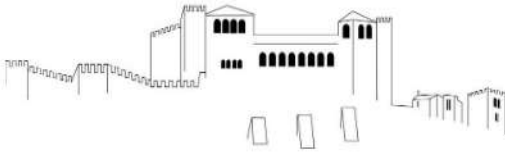
**Transcrição:**

*"Apresento os meus cumprimentos ao Sr. Presidente da Mesa em exercício e na sua pessoa cumprimento todos os membros da mesa e desta Assembleia, cumprimento também o Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. jornalistas, público presente e online.*

*Das últimas eleições autárquicas (e também das legislativas) resultou uma maioria absoluta para o Partido Socialista, que deste modo passou a ter a hegemonia do poder local no concelho de Leiria. Se por um lado se reconhece que esta situação é confortável do ponto de vista da gestão e do exercício da autonomia conferida pela Constituição e pela Lei, a mesma também encerra riscos acrescidos no que respeita a transparência na gestão e administração, garantias de imparcialidade e potenciais conflitos de interesse nas decisões, fraudes e infrações de tipo diverso.*

*Em geral, quando estes riscos deixam de ser meras probabilidades e se concretizam em atos e prejuízos concretos para o erário público, estamos na presença daquilo que genericamente designamos por corrupção.*

*É para prevenir e evitar a ocorrência dos chamados fenómenos de corrupção, que o Conselho de Prevenção da Corrupção (entidade administrativa independente a funcionar junto do Tribunal de Contas), recomenda que as instituições públicas adotem práticas adequadas e eficazes para prevenir tais ocorrências. O Plano de Prevenção de Riscos de*



## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

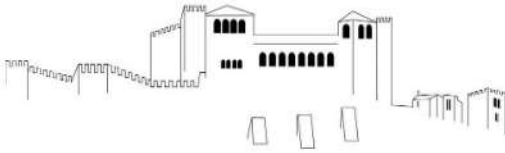
*Corrupção e Infrações Conexas é um dos instrumentos recomendados por esse Conselho, a par da monitorização da sua aplicação concreta e sistemática. Neste contexto, consideramos relevante que sejam ponderados os seguintes aspetos.*

*O último Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas aprovado pela Câmara Municipal de Leiria e disponível no site do Município, tem data de janeiro de 2015, ou seja, há 7 anos. Conforme consta nesse mesmo plano, a sua revisão deveria ter sido obrigatoriamente feita passados 4 anos e em consonância com os mandatos do executivo municipal. Constatamos que o executivo celebrou há cerca de um mês, os primeiros 100 dias do seu mandato (com vídeo no YouTube), mas a revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas naturalmente não é referida. Em nossa opinião deveria ter sido um dos destaques.*

*Dada a relevância que a prevenção da corrupção assume em Portugal, o PSD considera urgente que a Câmara Municipal de Leiria efetue a obrigatória revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, de modo a possibilitar a sua aplicação no mais curto espaço de tempo. A urgência de um novo plano é reforçada pelo facto da estrutura orgânica da Câmara Municipal de Leiria ter sido significativamente alterada, fazendo com que o atual plano tenha pouca ou nenhuma correspondência com a realidade. Note-se que este tipo de plano deve designar responsáveis setoriais, assim como um responsável geral pela sua execução e monitorização, sendo por isso necessário garantir coerência com a estrutura orgânica da entidade a que diz respeito. Por outro lado, o plano atual deve ser significativamente melhorado de modo a torná-lo útil e eficaz na prevenção da corrupção e infrações conexas. Desde logo se verifica que o plano não é exaustivo na identificação dos riscos e, nem todos estão definidos de forma a possibilitar a execução de medidas de prevenção. Para além disso, existem medidas de prevenção que são definidas de tal forma genérica, que mais não são do que os deveres gerais do funcionário. É necessário também considerar os riscos de conflitos de interesses, identificando-os em concreto, em todas as áreas de atuação e definindo medidas de prevenção adequadas.*

*Deverá merecer especial atenção, a prevenção de riscos associados ao acesso indevido, seja interno ou externo, a qualquer tipo de informação que possa ser usada ou adulterada em prejuízo do interesse público. Neste âmbito, a complexidade e simultaneamente a vulnerabilidade dos sistemas informáticos, vieram criar novas áreas de risco aos processos administrativos, que urge identificar e cujas medidas de prevenção se revelam importantes desafios.*

*Mas o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, da Câmara Municipal de Leiria não deve ser apenas mais um documento disponível na Internet, para*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*passar a ideia de que o executivo está preocupado com o assunto, mas com pouco utilidade prática. É necessário e obrigatório que existam os responsáveis setoriais anteriormente referidos, que garantam a implementação de mecanismos de monitorização da aplicação desse plano, com elaboração de um relatório anual. A divulgação desse relatório não tem sido feita pelo Município de Leiria, o que contribui para levantar dúvidas sobre o que efetivamente se faz e acontece neste domínio e, obviamente, não abona a favor da transparência.*

*Por último, em linha com as recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, o PSD considera relevante e oportuno que a Câmara Municipal de Leiria desenvolva ações de formação e sensibilização para estas problemáticas, junto dos trabalhadores dos serviços.*

*Sr. Presidente da Câmara Municipal de Leiria, a boa gestão pública exige que todos aqueles que ocupam cargos de direção de topo sejam pró-ativos e comprometidos com a prevenção de riscos de corrupção. Estamos certos que os Leirienses têm essa expectativa em relação à forma como irá exercer o seu mandato, e por isso lhe endereçamos os nossos votos de sucesso no cumprimento desta missão.”*

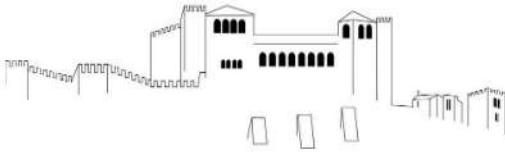
**Intervenção da senhora deputada Sofia Francisco – PS**

**Transcrição:**

*"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício e na sua pessoa permita-me cumprimentar todos os Deputados e Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia. Cumprimento o Exmo. Presidente da Câmara Municipal e todos os Vereadores, cumprimento igualmente todos os que nos acompanham em casa e todos os restantes elementos aqui presentes.*

*Nos dias de hoje, viver Leiria, e em todo o concelho de Leiria é saber que existe uma dinâmica cultural com um ADN muito próprio profundamente ligado à enorme disponibilidade dos vários agentes e instituições culturais do concelho que, empreendedores e audazes, têm desenvolvido valiosos e diversificados projetos no campo da formação e da criação/ produção artística, muitos deles merecidamente reconhecidos além das fronteiras do nosso território.*

*É um facto que existe uma enorme vontade dos leirienses em participar em projetos que lhes garantam a plena expressão e fruição artísticas e culturais, a criação de uma sala do tipo Black Box- Plataforma de Criação Artística, conjuntamente com uma sala de ensaios, é uma iniciativa que vai ao encontro dos agentes culturais, profissionais e /ou amadores, visto que garantirá, de uma forma flexível, a realização de eventos culturais multidisciplinares e incentivará a conceção de obras e residências artísticas, estimulando*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*a oferta cultural em áreas tão diversas como a dança, a música, o teatro ou as artes de rua.*

*A 9 de julho de 2021 foi aprovado em Assembleia Municipal o Plano Estratégico Municipal da Cultura para o Concelho de Leiria e este novo espaço cultural integra-se, claramente, no conjunto de objetivos estratégicos para o concelho. Ao fazer nascer este novo espaço cultural nas áreas do antigo Paço Episcopal, edifício da Loja do Cidadão, reabilita-se um edifício emblemático no centro da cidade, aproveitam-se fundos comunitários, corrigem-se assimetrias e oferecem-se aos munícipes a oportunidade de não só contribuírem para o dinamismo cultural da cidade, mas também de desenvolverem competências que lhe garantem, culturalmente, um crescimento ímpar- porque como diz a Constituição Portuguesa (artigo 78º )"todos têm direito à fruição e criação cultural, bem como o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural".*

*Para terminar, felicitamos a Câmara por não recear apostar num espaço com conforto e qualidade acústica tanto na ação de criação como no acolhimento ao público, espaço esse que, acreditamos, marcará a produção artística e cultural de Leiria- um espaço que os agentes culturais anseiam e merecem e que, pelo dinamismo que apresentam, farão certamente com que o retorno obtido justifique o investimento numerário a fazer pelo Município."*

**Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA**

Transcrição:

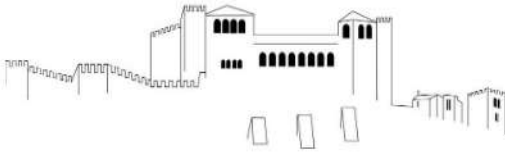
*"Boa noite. Hugo Morgado, Leiria. Sim Leiria porque acredito que acima dos partidos estamos aqui todos por Leiria.*

*Os meus cumprimentos ao senhor Presidente em exercício da Mesa desta Assembleia e na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha lá em casa.*

*O tema que me aqui traz é um tema muito sensível, que está, infelizmente, na ordem do dia e que se prende com a água, ou melhor, a falta dela, seca, e isto no decorrer daquilo que foram, que têm sido os trabalhos realizados pela CIMRL e as medidas a adotar neste contexto e neste sentido trago duas questões muito específicas e por fim um apelo.*

*A 1ª questão é que de que forma é que o executivo irá proceder ao reforço de infraestruturas municipais de retenção de água, nomeadamente para uso agrícola.*

*A 2ª questão, também em jeito de desafio, é que de que forma é que o executivo pensa, se é que pensa, apoiar o investimento deste tipo de infraestruturas por parte de particulares para poderem regar as suas hortas, os seus jardins assim de uma forma mais sustentável. Por último, como o exemplo tem de vir necessariamente de cima, e isto não é uma crítica é apenas uma chamada de atenção, importa realmente que o*



*Executivo, que o Município consiga monitorizar de outra forma, de forma mais eficiente as questões das regas de jardins públicos, dos jardins municipais que muitas vezes em dias de chuva ou em dias seguintes aos dias de chuva continuam a regar e toda a gente vê isso e, para além de todo o prejuízo económico e tudo o prejuízo ambiental é um mau exemplo para a população que, basicamente de grosso modo, diz se eles fazem não têm legitimidade para nos pedir outro tipo de práticas e quem diz a rega diz também a questão da rega gota a gota que muitas as vezes se vê nas floreiras e nos canteiros avariada e a acorrer indiscriminadamente e gota a gota se perdem milhares de litros de água que cada vez mais não se pode dar a esse luxo de desperdiçar. Por último também, e uma questão que já foi aqui amplamente debatida e discutida, a questão da perda de água na rede de abastecimento, enfim, não me vou alongar mais, mas realmente interessa, é urgente resolver essa questão novamente não só pelas perdas económicas, pelas perdas ambientais, mas também pelo exemplo que passa e não posso terminar esta minha intervenção e aproveitando o "Período Antes da Ordem do Dia" para saudar o esforço dos técnicos aqui presentes que permitiram que os trabalhos decorressem e saudar também a paciência de todos os presentes e também lá em casa. Obrigado."*

**Intervenção do senhor Presidente da UF de Colmeias e Memória, Artur Santos**

Transcrição:

*"Boa noite. Artur Santos, Presidente da União de Freguesias de Colmeias e Memória. Se me permitem cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha pelas redes sociais na pessoa do senhor Presidente em exercício.*

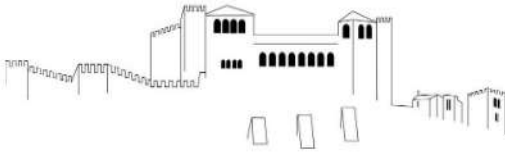
*O motivo desta minha intervenção, é o de enaltecimento a uma pessoa, por tudo o que esta representou para o ensino no nosso concelho, com especial ênfase nos jovens residentes nas Uniões de freguesias de Colmeias e Memória, Santa Eufémia e Boa Vista, e nas freguesias de Milagres e da Bidoeira durante os últimos 27 anos.*

*As palavras que lhe vou dirigir, não as descrevo porque ficam bem ou são meramente de circunstância..., ou simplesmente porque são de praxe.*

*Faço-o com um enorme prazer porque são merecidas, e assentes num trajeto de vida do qual eu conheço minimamente por força das circunstâncias, tal como muitos daqueles que as vão ouvir..., ou ler.*

*Garantidamente que também, não vou descrever tudo aquilo que a esmagadora maioria das pessoas já conhece, sobre este Homem de H grande, porque entendo até, que seria patético!*

*Pretendo sim, agradecer por tudo o que fez pela educação dos nossos jovens, que são também os nossos filhos, netos ou familiares, e em simultâneo pedir-lhe desculpa, porque nós enquanto pais, muitas das vezes não fizemos o nosso trabalho de casa.*



*Isto porque, é bastante mais fácil criticar o professor, ou o diretor da escola que os nossos filhos frequentam, responsabilizando-o até, pela falta de educação e de respeito que por vezes os nossos filhos ostentam.*

*Sei que muito fez..., mas que muito mais gostaria de fazer.*

*Sei também que a esmagadora maioria daqueles que por diversas circunstâncias privaram ou trabalharam consigo, lhe reconhecem e enaltecem todo o esforço de uma vida, na esmagadora das vezes bem-sucedido, outras, nem tanto..., mas é isto a vida!...a capacidade de singrar, não está ao alcance de todos...só dos mais fortes!*

*Em nome de todos aqueles que reconhecem o seu trabalho...Muito obrigado Professor e Diretor, Dr. Fernando Elias, por tudo o que fez pelos nossos jovens, pelos nossos filhos, pelas nossas famílias, pelo Concelho e pelo País enquanto diretor do agrupamento das escolas de Colmeias.*

*Um enorme bem-haja por tudo aquilo que foi."*

**Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte – PS**

Cumprimentou todos os presentes.

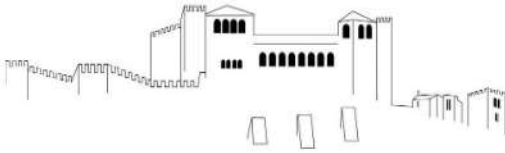
**Transcrição:**

*A limpeza realizada nas margens do Lis e das ribeiras dos Milagres e de Amor consistiu no corte e limpeza de vegetação espontânea arbustiva, incidindo sobre os núcleos de silvados existentes, realizada por uma empresa especializada, tendo sido antecedida de sessões de esclarecimento público sobre os trabalhos a realizar, no dia 8 de julho de 2021, na cidade de Leiria e nos Milagres.*

*Esta limpeza pretendeu avaliar os focos de erosão e de instabilidade das margens, com o apoio de uma equipa de consultoria especializada, de forma a garantir os as melhores técnicas disponíveis neste tipo de procedimentos. Em resultado permitiu, entre outros, que a limpeza fosse realizada sem colocar em causa a estabilidade dos taludes. Acresce que a intervenção teve num período de menor perturbação para a avifauna normalmente presente nestes locais, sendo estes trabalhos normalmente suspensos entre março e julho por se tratar do período de nidificação.*

*De acordo com o previsto nos procedimentos a realizar serão aplicadas técnicas de engenharia natural com recurso à vegetação autóctone, garantindo o equilíbrio natural de todo o ecossistema e protegendo as espécies presentes. A intervenção realizada teve ainda como objetivo, no âmbito do processo de despoluição do Rio Lis, reforçar a inspeção e monitorização possíveis encaminhamentos de poluentes para a linha de água. No que respeita à intervenção realizada no parque da almuinha que teve lugar há cerca de 1 mês e que passou pelo corte de vegetação, de acordo com a análise realizada, pela empresa de especialidade que apoia a CML nesta matéria, o procedimento seguido*





*deverá ser revisto em situações futuras, não se verificando a necessidade do corte ser tão acentuado.*

*Ainda assim, ao contrário do que vem referido publicamente, não corresponde à verdade que tivessem sido afetados ovos de 50 fêmeas de patos ali presentes. Em primeiro lugar pela fase em que se deu a intervenção, de menor perturbação para a sua nidificação. E também porque foi possível observar no decorrer dos trabalhos apenas tiveram lugar à destruição de um número muito reduzido de ninhos, todos eles de anos anteriores, pelo que a intervenção não vai inviabilizar o período de nidificação dos patos.*

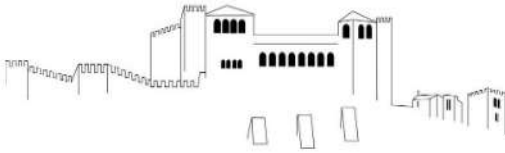
*Além do melhoramento dos procedimentos de intervenção, é igualmente intenção da câmara proceder ao aviso atempado das intervenções a realizar e de quais os seus objetivos.*

*Acresce a estas intervenções de limpeza de vegetação, o desassoreamento no lago do Jardim da Almuinha Grande e respetiva caixa de retenção de areias com o objetivo de evitar a ocorrência de cheia nas áreas envolventes, assim como evitar a ocorrência de cheias a montante, que teve lugar no passado dia 14 de fevereiro, seguindo-se a limpeza da vegetação das margens e remoção dos sedimentos existentes na Ribeira do Amparo, para garantir o regular fluxo hidrológico da mesma.*

*A manutenção destes espaços, de onde se incluir a limpeza de vegetação é um procedimento necessário. Da parte do município estamos em crer que foram seguidos os procedimentos necessários que se adequam às melhores técnicas disponíveis, nomeadamente a fase em que são realizadas, de forma a salvaguardar as condições da avifauna normalmente presente.*

*Relativamente ao Plano de Gestão da Água apresentado consideramos que é um passo importante para a prevenção ao gasto e consumo excessivo da água, em paralelo com o combate à atual situação de seca que o País atravessa. Se no caso específico do Concelho de Leiria ainda não estamos perante uma situação de stress hídrico, isso não invalida que sejam tomadas medidas que visem o controlo do consumo de água, um bem cada vez mais escasso. E por se tratar de um problema global e não apenas local, destaca-se igualmente a criação do Plano Intermunicipal de Gestão de Recursos Hídricos e de medidas de emergência em situações de escassez de água, apresentado para Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), demonstrando também aqui um alinhamento nas medidas a adotar com o Plano de Gestão de Água de Leiria.*

*Este Plano é um bom ponto de partida para reforçar a forma com a nossa água é gerida e utilizada, apresentado um conjunto de medidas que ultrapassa, e bem, a questões de seca existentes e previstas num futuro próximo. E envolvendo diversos organismos na*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*tomada de decisão, demonstrando que este bem público deve ter em consideração as propostas e opiniões de todos.*

*Destaco das medidas apresentadas algumas que nos parecem importantes e que refletem a preocupação nesta matéria. Desde logo, e em sintonia com o trabalho que tem sido realizado em matéria de abastecimento de água, este plano prevê o controlo e redução de perdas de águas. De acordo com o mesmo e em linha com as previsões do SMAS está prevista uma redução nas perdas de água para cerca de 30% em 2022 e 20% em 2023, uma meta ambiciosa que cremos que pode ser uma realidade fruto dos investimentos previstos. Que assim seja.*

*O uso de águas pluviais ou residuais tratadas para os sistemas de rega é igualmente uma das medidas que destacamos e que cremos que será uma realidade muito próxima, em conjunto com a melhoria na gestão do sistema de rega dos espaços públicos. E também o reforço das ações de monitorização e de ações de sensibilização do uso correto deste recurso, nomeadamente no setor agrícola, bem como as campanhas de prevenção de gastos de água que já se encontram a decorrer. Tenho dito.”*

**Intervenção do senhor deputado Acácio de Sousa – PS**

**Transcrição:**

*“Acácio Sousa, PS.*

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, em exercício,*

*Senhor Presidente da Câmara,*

*e nas vossas pessoas todos os membros desta Assembleia e da Câmara presentes,*

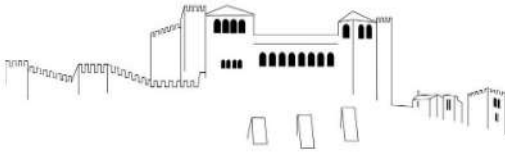
*Srs. jornalistas, munícipes presentes e que acompanham online, e também colaboradores desta sessão.*

*Apenas, dois apontamentos muito rápidos.*

*Primeiro, informar a Assembleia e em particular o Sr. Deputado Manuel Azenha que já hoje falou no assunto e tem insistido algumas vezes, que na última Assembleia Intermunicipal tive oportunidade em propor que não só as atas como os instrumentos de gestão aprovados fossem enviados aos Presidentes das várias Assembleias Municipais da CIMRLeiria, para distribuição por todos os deputados, porque de facto são elas que estão ali representadas. Isto foi aprovado.*

*Depois, uma reflexão que me foi motivada pela intervenção do Sr. Deputado Pedro Assunção. Ao referir-se à Câmara, pareceu-me demasiado vincada a associação de maiorias absolutas a tendências para práticas abusivas e de corrupção e há que destringer as coisas.*

*No que toca às autarquias, estas têm legitimidade democrática assumida e tal como em relação a qualquer entidade são merecedoras de voto de confiança até prova em*



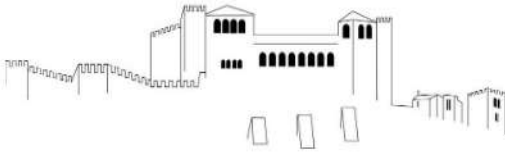
Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*contrário. Ao longo de um mandato escrutinamos, e de 4 em 4 anos temos oportunidade para julgar. Só não temos que fazer juízos prévios sobre boas ou más condutas, ou práticas, como pareceu ter sido demasiado sublinhado, para não dizer insinuado. Aqui, na AM cabe-nos fiscalizar e avaliar princípios para aplicação de políticas públicas. Boas e más práticas há em qualquer setor. Correções para melhoria deverão ser ouvidas e até estaremos de acordo com algumas sugestões que deu. Nós queremos sempre o melhor e devemos exigir isso mesmo. Esse é o nosso dever cívico, desde que o façamos de forma fundamentada. Se nos limitarmos a desconfiar das nossas autarquias estaremos todos a atacar e a desacreditar o conceito de Poder Local, um dos pilares da nossa democracia. Disse."*

O senhor **Presidente em exercício, José da Silva Alves** acrescentou que para além dos documentos da CIMRL à Mesa das Assembleias Municipais também a newsletter começou a ser distribuída hoje ou ontem. Referiu que por parte da Mesa farão todos os esforços no sentido de tudo o que se for deliberado e toda a informação que de lá provenha seja distribuída a todos os deputados porque a democracia é isso mesmo. Foram eleitos os que foram eleitos em função dos eleitores que representavam, mas, naturalmente, todos os deputados municipais têm interesse em acompanhar de perto o que interessa a 10 municípios da região de Leiria e como disse, e bem, dos quais o senhor Presidente do Conselho é o senhor Presidente da Câmara de Leiria tendo por isso responsabilidades acrescidas na gestão da CIMRL e convêm que toda a gente, mesmo que não esteja lá como deputado, acompanhem de perto a gestão da CIMRL e nisso a Mesa fará tudo o que puder para que a informação chegue.

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Gonçalo Lopes**

Sobre a problemática dos incêndios nas matas nacionais que afetaram a região de Leiria disse existir um trabalho que é feito em conjunto com os municípios visados e no que diz respeito aos planos de gestão florestal a competência de os preparar não é dos municípios, mas sim do ICNF. Referiu não ser o do Pedrógão ou o da Mata do Urso que estão só em falta, mas sim outros 14 e ao longo dos últimos 3 anos a Câmara Municipal tem feito a sua parte no que diz respeito a ações de reflorestação juntamente com a sociedade civil. Mencionou recordar-se de algumas realizadas em 2019, nomeadamente com a EDP, com a plantação de 11 mil pinheiros, e com a Galp, com 12 mil pinheiros, tendo sido tudo preparado com apoio do município e associativismo. Na sua opinião era ótimo que os senhores deputados, em especial os do Bloco de Esquerda, participassem também nestas ações pois seria uma forma de aumentar o seu contributo também cívico para a reflorestação.



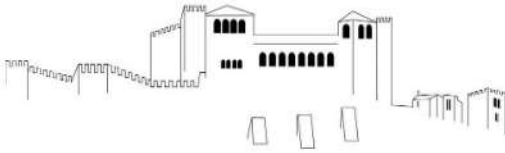
## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

Relativamente à questão da CIM Oeste, sobre a gestão dos transportes públicos, informou que acompanham o seu trabalho sobre essa matéria. Afirmou existirem CIM's que estão mais adiantadas que outras. No que diz respeito à CIMRL explicou que em termos de organização interna melhorou os seus desempenhos e estão a acompanhar estas questões em relação à internalização de alguns serviços de transportes públicos na CIM Oeste e, possivelmente, em breve também terão propostas nessa área no que diz respeito aos transportes de Leiria. Reconheceu existir um caminho a ser feito, em que o Oeste será piloto no que diz respeito a essa gestão direta algo que pretendem ver como será, de modo a que esse processo possa vir a ser um exemplo a seguir também em Leiria.

Em relação aos terrenos da prisão escola confirmou que a Ministra veio no fundo despedir-se, pois não vai continuar no Governo, e falaram sobre várias propostas, algumas ambições do Ministério da Justiça no que diz respeito àquele território que reclamam que ao longo dos anos tem vindo a ser delapidado sobretudo com o crescimento urbano da cidade e também com o crescimento do Politécnico de Leiria. Referiu não ser propriamente uma invasão de interesses imobiliários, mas sim uma invasão daquilo que é o crescimento da cidade. Disse existirem em cima da mesa duas grandes preocupações, uma tem a ver com um lote para a construção da futura Escola de Educação e Ciências Sociais, uma escola que o Politécnico apresenta como estratégica para o seu futuro precisando de um terreno para a instalar e será feito nesse terreno da prisão escola, assim como também da parte da Câmara relativamente à mobilidade junto àquela rotunda de entrada na cidade que precisa de ser melhorada. Referiu que por esse motivo aquele terreno disponível para estacionamento, que não está na posse da Câmara, é também uma solução de apoio à escola, mas também de apoio à mobilidade e ao estacionamento de Leiria. Disse ainda que só este terreno do estacionamento anda há 2 anos para ser escriturado, com despacho já do Primeiro-Ministro, tendo reconhecido que a burocracia do Estado Português é tremenda. Referiu que o seu desejo é que, no caso da escola, que é vital, não haja atrasos que possam comprometer a sua construção no âmbito do PRR, uma vez que há financiamento garantido para essa construção.

Relativamente à intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo, no que diz respeito ao loteamento nos Marinheiros e ao seu embargo, esclareceu que como tiveram uma reação rápida por parte quer do Vereador das obras particulares, quer pelo Vereador da proteção civil, foi garantida a segurança das pessoas. Afirmou que se há negligência é de quem cometeu uma obra ilegal tendo a Câmara sido apanhada totalmente de surpresa relativamente ao impacto que tal intervenção estava a ter. Explicou existir um processo de licenciamento, houve uma intervenção abusiva e ilegal por parte do promotor e a



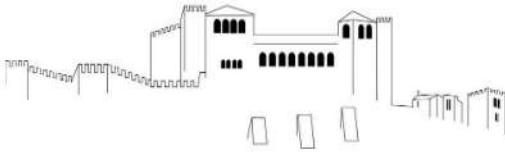
## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

Câmara interviu diretamente através dos serviços primeiro para assegurar tudo aquilo que era o terreno daquele território e vão ter de ter aqui uma atenção especial nestas questões das obras ilegais pois estamos com uma grande pressão imobiliária e naturalmente vão existir cada vez mais situações, mais casos e mais obras em curso sendo por isso necessário reforçar o seu sistema de fiscalização. Referiu que de acordo com o que têm assistido hoje é por todo o concelho o aparecimento cada vez mais de intervenções de obras de construção, ou seja, há a necessidade de que os promotores, sejam os loteadores ou os empreiteiros, tenham um respeito pela intervenção e pela legalidade porque da parte da Câmara essa lei estará sempre acima de qualquer tipo de interesse particular.

Em relação às limpezas nos cursos de água (rio Lis, ribeira do Milagres, Amor), para além do que foi justificado pelo senhor deputado Tiago Duarte, explicou que todas as intervenções têm parecer prévio da APA e que a empresa consultora da Câmara acompanha todas as intervenções. Referiu que houve uma necessidade e uma oportunidade de antecipar esta intervenção tendo em conta a questão da precipitação, ou seja, obteve-se um período, uma janela de oportunidade para intervir antes que chovesse. Disse que tiveram de gerir um pouco aquilo que é a disponibilidade das empresas prestadoras de serviço para além de que este período de intervenção antecede muito aquilo que é o período de nidificação das aves. Reconheceu que pode ter acontecido algo de errado e, naturalmente, têm sempre, quer dos serviços da Câmara (Ambiente), quer quem presta serviços, a obrigação e o empenho para que não haja situações que prejudiquem nem o ambiente nem a vida animal, nem de fauna do nosso território. Como disse anteriormente, esta intervenção foi efetuada também para precaver situações de erosão e consolidação das margens algo que é muito importante porque a influência das alterações climáticas pode causar prejuízos na vida das pessoas e no território. Referiu que a garantia de se ter um rio desassoreado e capaz para aguentar chuvadas que duram poucos minutos, mas podem encher o caudal do rio, é muito importante. Disse ainda que nessa altura, quando acontecer, é bom que se lembre o que foi feito durante estes dias.

Referiu ainda a situação dos impactos promocionais dos grandes eventos, quer com a iluminação da Cidade Natal, quer com a Final Four, quer com a abertura da Cidade Europeia do Desporto. Referiu que Leiria tem capacidade de organização de grandes eventos e que não querem voltar ao período em que nada acontecia. Disse terem ambição em ser Capital Europeia da Cultura e para isso é necessário ter-se dimensão naquilo que fazem. Pretendem fazer não só obra, mas também eventos de qualidade que tragam notoriedade, que possam mobilizar as populações sendo que a Final Four é



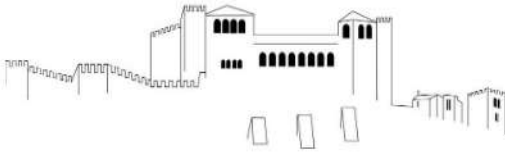
## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

um pouco isso. Explicou terem mobilizado muitos dos clubes nas dinâmicas dos bares. Referiu terem tido um impacto na televisão que é um dos maiores alguma vez alcançados em termos de provas desportivas nacionais. Tiveram uma final com uma transmissão televisiva com um impacto enorme, com uma cobertura diária daquilo que foram as zonas mais próximas daquilo que era a Fan Zone, com coberturas de áreas, com impacto não só na televisão, na rádio e nos outros meios de comunicação, algo que, na sua opinião, não deve ser menosprezado nem minimizado. Disse ainda terem tido elogios muito grandes por parte da organização do evento. Disse ainda que quem assistiu na televisão ou no estádio verificou que se está a falar de uma competição desportiva ao mais alto nível, ao nível das grandes finais de futebol europeias, Leiria teve a oportunidade de a ter na cidade. Mencionou que nem a final da Taça de Portugal tem uma espetacularidade como tiveram esses jogos e Leiria está associada a essa qualidade e é aí que se pretende ficar e que sejamos reconhecidos.

Em relação à Cidade Natal, e só para se ter uma ideia do impacto, esclareceu que distribuíram cerca de 115 mil vouchers junto de consumidores do nosso comércio através dos 116 estabelecimentos comerciais que aderiram a esta iniciativa do Leiria Cidade Natal em que cada voucher representa no mínimo uma compra de 10 euros, ou seja, só o impacto desta medida, leva a apontar para 1,1 milhões de euros e só naquilo que foi a entrega de vouchers pois houve muito mais atividade económica noutras sítios e houve pessoas que compraram e não quiseram vouchers no nosso comércio. Referiu que tudo isto deu para medir esse impacto em termos do comércio em Leiria e, de facto, não possuem registos de qualquer tipo de crítica por parte dos comerciantes, tanto mais que a instituição que os representa é parceira da Câmara e defende este tipo de intervenção porque reconhece que é muito importante para a atividade económica.

Relativamente à questão do Pavilhão Desportivo, Multiusos, a ligação que está a fazer com o Paço Episcopal e a intervenção na Black Box esclareceu que há grandes diferenças. Começou por dizer que o Paço Episcopal tem salas de cinema que vão ser transformadas em estúdios e espaços de espetáculo cujo investimento é de 1,5 enquanto que o Multiusos que estava projetado já atingia o valor de 25 milhões de euros. Disse que o Multiusos não tem financiamento comunitário garantido enquanto que a Black Box tem a possibilidade de ver agora candidatada a esse investimento e, portanto, reduz o impacto do investimento municipal uma vez que vai ter financiamento comunitário. Referiu que só aqui são duas grandes diferenças, quer no montante, quer na parte de como é constituído o financiamento da intervenção. Explicou que se existirem verbas comunitárias para pavilhões desportivos ou multiusos podem optar por outro tipo de investimento, não existindo têm uma rede capilar de pavilhões pelo concelho que tem



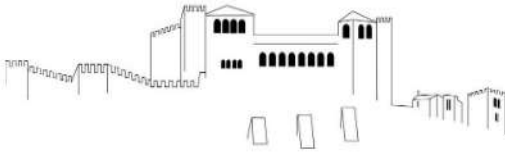
## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

vindo a crescer. Afirmou que as freguesias se encontram perfeitamente equipadas, que muitas vezes este executivo é criticado porque só olha para a cidade e se esquece das aldeias e agora é o contrário, as pessoas reclamam na cidade porque temos nas aldeias. Continuou dizendo estarem muito satisfeitos com a estratégia na área do desporto. Reconheceu que se não existisse o nível de qualidade do associativismo que Leiria possui, do engajamento com a Câmara Municipal teriam muita dificuldade em ser Cidade Europeia do Desporto, não teriam obtido essa competência, essa distinção e, por isso os nossos equipamentos são muito importantes para o sucesso da nossa atividade. Disse que vamos ter um pavilhão totalmente inclusivo nas Cortes, cuja abertura está prevista para o dia 1 de março, estão a construir um pavilhão nos Marrazes que vai ser uma referência em termos desportivos, que vai ter uma componente educativa muito importante na prática do desporto aproveitando para questionar os presentes se Marrazes também é cidade ou não. Continuou a sua intervenção dizendo que vão ter também noutras freguesias a extensão dos equipamentos desportivos, como em Santa Catarina da Serra onde estão a apoiar o clube local na construção de mais um pavilhão. Por isso, em termos de equipamentos desportivos disse estar-se a ter uma política ativa estando previsto dentro de poucas semanas uma deliberação de apoios ao associativismo neste ano especial no montante aproximado de 1 milhão de euros de apoio ao investimento em equipamentos desportivos. Afirmou apenas ser possível porque têm as contas em dia, algo que poderiam deixar de ter se gastassem 25 milhões no Multiusos, algo que podia comprometer o investimento nas freguesias, podia comprometer o investimento no associativismo e o que têm de fazer nos próximos anos é colocar o seu investimento onde existem fundos disponíveis seja, PRR, seja fundos comunitários e ajudar a desenvolver aquilo que são os investimentos nas freguesias com a colaboração dos Presidentes de Junta.

Relativamente aos parques fotovoltaicos de Monte Redondo e Caranguejeira esclareceu que na Caranguejeira nem o pedido de informação prévia resultou. Era uma área grande, nunca mais tiveram contato com a empresa que eventualmente desistiu. Garantiu que vão voltar a contactá-la para saber o que é que efetivamente quer. Em relação a Monte Redondo disse estar num nível de maturidade maior e no momento em que temos uma das maiores subidas de preços de combustíveis fósseis é natural que as energias renováveis tenham procura. Referiu que não se pode ser contra a instalação de parques fotovoltaicos porque se se conseguir ter este tipo de energia a nossa fatura energética baixa e tentamos substituí-la também por combustíveis fósseis.

No que diz respeito ao Plano de Prevenção Contra a Corrupção afirmou estar a ser revisto durante este ano estando a tentar fazê-lo o mais rápido possível. Explicou que já



## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

prepararam formações internas, possuem um memorando que já foi distribuído pelos serviços e claro, o plano tem de ser ajustado à nova organização pois há novas divisões, novos responsáveis, novos departamentos. Aquilo que é a sua essência de funcionamento, do atual, está a ser cumprido e está a ser monitorizado pela divisão de auditoria que foi criada no mandato anterior e que mantêm em pleno funcionamento existindo aqui uma preocupação acrescida relativamente a evitar erros, sobretudo nas áreas onde existe mais esse risco, áreas que estão identificadas no plano.

Relativamente ao reforço de estruturas de retenção de água quer para o uso agrícola, quer para a proteção civil, explicou estarem a fazer um trabalho de muito proximidade através da divisão de Proteção Civil, em especial com o Vereador da Proteção Civil com a Associação de Regantes para que sejam preparadas bacias de retenção através dos circuitos de água que temos disponíveis. Disse ser um trabalho que está a ser feito com a Associação de Regantes existindo um trabalho em equipa cuja intervenção tem de ser mantida com bastante intensidade. Afirmou ser uma gestão que tem de ser feita de forma muito rigorosa, pois uma vez que não vão a tempo de fazer outro tipo de bacias de retenção têm de usar as que há, mas têm de as implementar com mais rapidez. Esclareceu estarem a trabalhar com as Águas de Portugal para que as águas residuais da ETAR, sobretudo das Olhalvas, possam ser usadas, caso seja necessário, para combate a incêndios. Explicou que a água a que se refere é aquela que sai da ETAR e que quando entra no rio Lis por vezes deixa espuma. Continuou dizendo que essa água, depois de ter o tratamento terciário, até poderá ter outro tipo de utilidades, nunca para consumo humano como é óbvio, mas utilidades mais finas podendo para já ser usada em situações de combate a incêndios.

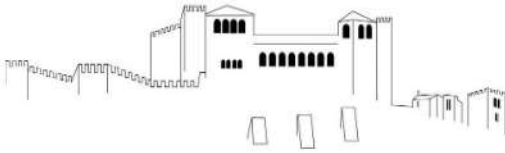
Por fim, referiu que pretendia associar-se ao elogio que foi anteriormente efetuado pelo senhor Presidente da União de Freguesias de Colmeias e Memória relativamente ao trabalho que o deputado Fernando Elias fez como diretor da escola das Colmeias. Confirmou ser uma referência para a educação do concelho e que têm um grande orgulho naquilo que é o trabalho que tem sido feito pelos diretores das escolas e ele é o rosto, um dos rostos, dessa qualidade educativa.

De seguida, o senhor **Presidente em exercício** deu início ao "Período da Ordem do Dia" informando que o ponto 1 seria apenas para conhecimento.

### **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **Ponto 1 - Relatório do Presidente da Câmara sobre a atividade do Município e relatório financeiro nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I**





**da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter a acrescentar estando, no entanto, disponível para responder a questões.

**Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD**

**Transcrição:**

*"Pereira de Melo, PSD.*

*Boa noite, na pessoa do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal cumprimento todos os presentes física e virtualmente.*

*Vou tratar do ponto 1 - Relatório de atividades da Assembleia Municipal relativo ao período de 16 de novembro de 2021 a 31 de janeiro de 2022.*

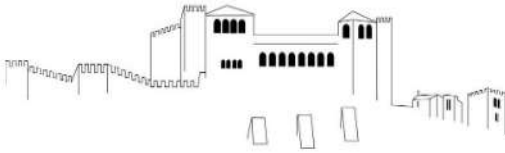
*Embora este ponto não se destine a ser votado gostaria, contudo, de apresentar rapidamente uma consideração e duas questões. A consideração é relativa à área de contratação pública, nomeadamente ao mapa apresentado na página 100. Analisando o mapa apresentado, verificamos durante o período em questão, 16/11/2021 a 31/12/2021, foram realizados 354 contratos no valor de 3.180.258 euros. Verifica-se, contudo, que destes 354 contratos apenas foram adjudicados 4 contratos de empreitadas no valor total 652.748 euros. Os restantes contratos dizem todos respeito a bens e serviços no valor total de 2.527.210 euros um valor muito superior ao das empreitadas. Continua assim a verificar-se a já longa tradição que o executivo PS privilegia contratos na área de bens e serviços em detrimento da área de empreitadas.*

*Quanto às questões, gostaria que o senhor Presidente da Câmara me informasse o seguinte: 1ª qual o destino final a atribuir ao antigo edifício da EDP, uma vez que nesta Assembleia já foi apresentado como destinado a Museu do Brinquedo, a Museu da Indústria e agora aparece como destinado à elaboração de procedimento para projeto de espaço cowork. Será que finalmente vai ter utilização? Está vazio há tanto tempo...*

*Pergunta 2 - A aplicação PaySimplex, destinada a controlar os tempos de estacionamento de viaturas em zonas pagas, já está operacional? Qual a entidade que irá fiscalizar o seu funcionamento? Tenho dito."*

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**

Relativamente ao edifício da EDP esclareceu que o mesmo não se encontra vazio. Esclareceu ser onde está a funcionar o Centro Associativo Municipal que estava sediado no Mercado Municipal que com as obras que se encontram a decorrer houve a necessidade de deslocalizar todas as associações para o edifício que está praticamente ocupado, com a exceção daquilo que é o piso de cave e também as garagens que dão acesso a esse piso.



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

Referiu serem de opinião que esse espaço tem de ser rentabilizado, deve ser utilizado e, portanto, vão fazer uma intervenção para que ele possa estar ao dispor de espaço colaborativo podendo ser ocupado ou por serviços do município, serviços públicos ou serviços externos, mas o espaço como está, não estando a ser utilizado, vão ter de fazer essa intervenção daí aparecer essa contratação desse projeto.

Em relação à aquisição do PaySimplex, relativamente à sua utilização para efeitos de pagamento, confirmou já estar em vigor. Referiu que eventualmente podem prestar mais esclarecimentos sobre a sua funcionalidade através do Vereador da mobilidade, na devida altura.

A Assembleia Municipal de Leiria **tomou conhecimento**.

\*\*\*\*\*

O senhor **Presidente em exercício** propôs que os pontos 2, 3 e 5 fossem apresentados em conjunto pelo senhor Presidente da Câmara uma vez que são apenas para conhecimento.

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**

Esclareceu que o ponto 2.1 refere-se a declarações de carácter obrigatório que decorrem da lei onde a Câmara tem de deliberar, assumir uma posição sobre todos os compromissos plurianuais existentes até 31 de dezembro. Referiu ser uma tarefa financeira operacional da qual depois tem de ser dado conhecimento em Assembleia Municipal. Continuou a sua intervenção afirmando aplicar-se o mesmo raciocínio no ponto 2.2, que é uma declaração com um teor idêntico, mas por parte dos SMAS.

Explicou que o ponto 3 corresponde a uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos que também estão espelhados em termos daquilo que é um mapa com esses mesmos compromissos plurianuais em que é dado conhecimento à Câmara daquilo que são esses compromissos.

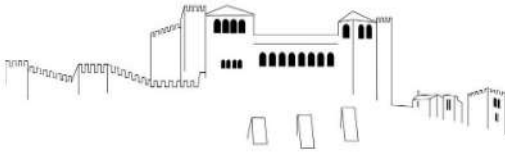
Relativamente ao ponto 5 disse ser o mesmo raciocínio, os compromissos plurianuais assumidos, neste caso para 2021 com um horizonte temporal entre o ano de 2021 até 2025, só que aqui é apresentado pelos SMAS enquanto o anterior era da responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria.

Intervenção do senhor deputado **Manuel Azenha – BE**

Transcrição:

*"Mais uma vez, boa noite a todos.*

*Eu venho apenas pedir aqui um esclarecimento de uma dúvida relativamente ao ponto 5 que como o senhor Presidente disse diz respeito aos compromissos que temporalmente vão de 2021 a 2025 e eu reparei aqui que na lista dos contratos para esse período de*

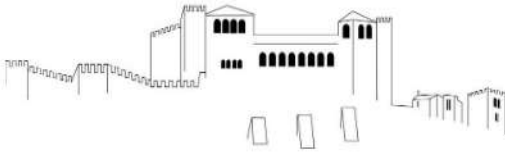


*tempo consta a aquisição de serviços de contratação de trabalho temporário num contrato de valor de 83.452 euros. Ora, pergunto eu senhor Presidente, qual é o trabalho temporário que não justifica a criação de um posto de trabalho efetivo que tenha a duração de 5 anos? e gostaria de ver isso esclarecido uma vez que esta Câmara sempre se bateu e sempre foi conhecida e sempre aqui nos foi dito que era uma Câmara que tentava combater a precariedade. Estas empresas de serviço de contratação de trabalho temporário não são mais do que fomentadoras de precariedade entre os trabalhadores. Obrigado.”*

**Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD**

*“Pereira de Melo, PSD.*

*Os pontos 2.1 e 2.2, que são para conhecimento, apresentam, contudo, uma particularidade no documento apresentado pela Câmara. É que pede que a deliberação seja aprovada em minuta. Está escrito nos 2 documentos. Acho que é tempo de realmente começarmos a redigir os documentos como deve ser. Adicionalmente verifica-se que no ponto 2.2 na Câmara Municipal houve uma votação em que o próprio PSD votou contra. Analisando a declaração de voto contra do PSD achamos que ela é pertinente uma vez que a declaração emitida possui uma lista de devedores com algum significado. Para mim grave não é isto. Grave é que a lei determina, a lei que rege que é a alínea 2 do artigo 15 da Lei 8/2012, determina que as declarações são ainda publicitadas no sítio da Internet das entidades e integram o respetivo relatório e contas. Portanto, estas listas não vêm só para a Câmara e para a Assembleia vão para o público também, ficam acessíveis ao público em geral. O público pode assim consultar uma lista de devedores com dezenas de milhares de números de contribuinte o que poderá induzir a ideia de que os Leirienses e as suas organizações são um conjunto gigante de caloteiros quando a realidade é bem diferente pois apenas menos de 1% das situações apresentadas são dívidas. Verifica-se que a quase totalidade das dívidas correspondem a uma única fatura com o prazo de pagamento inferior a 90 dias. Podemos concluir que estamos perante contas, provavelmente de água, correspondentes à data de 31 de dezembro de 2021 cuja fatura provavelmente ainda nem sequer seguiu para o destinatário nesta data e que terão de ser pagas em janeiro de 2022. Deste modo, não estamos propriamente perante dívidas pois os quantitativos provavelmente ainda não estarão a pagamento ou estarão dentro do período do mesmo pagamento. Se verificarem os números de contribuintes de muitos assistentes nessa Assembleia constam na lista e presentemente não têm qualquer dívida ao SMAS. Quer dizer, estou numa Assembleia em que muitos têm dívidas, o que não é verdade. Verificamos que um dos nossos deputados está nessa situação o que nos levou a fazer esta análise. É um*

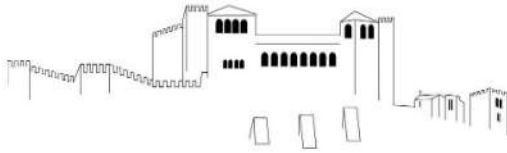


*facto que existem dívidas significativas com atrasos de pagamento superiores a um ano. Vejamos algumas: a firma Horizonte Itinerante, dedicada a parques de campismo, deve 35 faturas no valor de 146.286 euros, algumas dívidas têm mais do que um ano. A Mapicentro deve 27 faturas no valor de 117.947 euros e também algumas têm mais que um ano. E até a Freguesia de Marrazes e Barosa deve 122 faturas também algumas com mais de um ano. O cliente com maior dívida, mais de 200 mil euros distribuídos pelas faturas e muitas com atraso superior a um ano é o número de contribuinte 505181266. O responsável pela organização desta mega caloteira está nesta reunião, adivinhem quem é, o próprio município de Leiria. Bastaria um simples esclarecimento da situação anexado pelos SMAS à giga lista para que não se pudessem tirar conclusões apressadas através da leitura da lista. Mais uma vez a elaboração dos documentos apresentados a esta Assembleia e pelos vistos também é público, o que é grave, pelo executivo PS mostram falta de cuidado na sua preparação. As maiorias absolutas é assim que funcionam. Tenho dito."*

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**

Iniciou a sua intervenção referindo que relativamente ao trabalho temporário está previsto que em 2022 acabe, uma vez que os concursos públicos de recrutamento de pessoal estão a terminar. Disse que enquanto estes concursos decorrem esta falta de mão de obra está a ser ultrapassada com o trabalho temporário, assim como também foi útil e importante no reforço do apoio administrativo em período de covid uma vez que tiveram situações de isolamento e baixas provocadas pelo covid e havia necessidade de manter os serviços mínimos tendo sido a estratégia usada do recurso ao trabalho temporário. Afirmou que no decorrer de 2022 se esgote este contrato e que com a entrada de novos recursos humanos não seja necessário voltar a ter este tipo de prestação de serviços.

Relativamente às dívidas de várias empresas que foram identificadas anteriormente referiu que os documentos são transparentes. Mencionou que muitas vezes aqui acusa-se a Câmara de que os documentos não são claros, que têm número de contribuinte, nome da empresa, que se sabe quanto é que se deve, ou seja, há um nível de abertura e transparência que, no seu entender, é objetiva tendo ficado bem claro pela identificação de alguns dos devedores de dívidas aos SMAS e cujo objetivo é a sua liquidação, a sua redução. Disse que durante o período da pandemia os cortes de água ficaram suspensos pelos mais diversos motivos pois era um período de crise, tinham uma diminuição de recursos humanos, o trabalho de rua ficou limitado com as lógicas dos confinamentos, houve da sua parte a incapacidade de usar esse instrumento de corte de água para quem não pagava, ficou muito reduzido, ou seja, isso aumentou



muito as dívidas. Informou estarem a retomar esse processo e afirmou ser uma pena quando têm de ameaçar um munícipe ou uma empresa que se não pagar corta-se-lhe a água. Referiu ser um fenómeno que os deixa transtornados, mas vão voltar a fazer este tipo de atividade porque têm serviços preparados para isso estando convencidos que vão recuperar algumas dessas dívidas à medida que vão tornando o serviço, a deslocalização e o contacto com o cliente mais livre daquilo que é um ambiente pandémico.

O senhor **Presidente em exercício** deu por concluída a discussão dos pontos 2, 3 e 5. Aproveitou para esclarecer que a União de Freguesias de Marrazes e Barosa não tem qualquer dívida pendente.

**Ponto 2 - Declarações de carácter obrigatório:**

**Ponto 2.1 - Declarações de carácter obrigatório, no âmbito do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro** – Para conhecimento;

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 2.2 - Declarações emitidas ao abrigo do artigo 15.º Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março – SMAS Leiria** – Para conhecimento;

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 3 - Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos** – Para conhecimento;

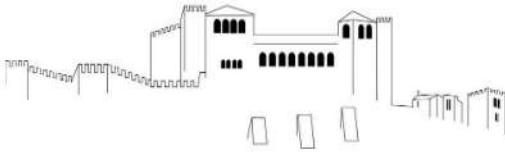
A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 4 - III Modificação ao Orçamento Municipal de 2022** – Apreciação, discussão e votação;

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**

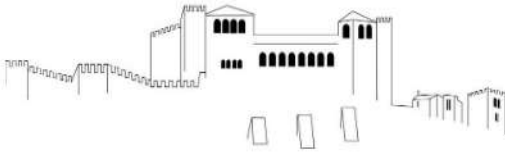
Sobre a introdução do saldo e a modificação orçamental disse que como é do conhecimento dos presentes e também daquilo que é o senso comum, o saldo de gerência é o resultado da diferença entre aquilo que é a receita e a despesa e que é apurado no final do ano, ou seja, entre aquilo que tinham previsto gastar e o que conseguiram receber têm um saldo de 40,7 milhões de euros. Explicou que esse saldo é apurado depois de aprovarem o orçamento e nunca o podem considerar, embora na altura em que aprovam o orçamento



## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

tenham uma ideia de qual será o saldo, mas nunca o fazem porque é uma regra que não pode ser feita, ou seja, não antecipam essa receita nessa altura, só o podem colocar neste momento, nesta reunião do mês de fevereiro depois de fechar o ano e apurarem o saldo. Referiu que ao colocarem este saldo no orçamento passou-se de 93 milhões de euros para 133 milhões de euros aproximadamente reforçando rubricas que numa primeira instância teriam menos dinheiro e que era necessário reforçar. Continuou dizendo que uma parte desse dinheiro reforçou a despesa corrente e outra parte a despesa de capital. Disse que o aumento significativo tem a ver com a despesa corrente e que resulta daquilo que é o ambiente económico que estamos a viver no que diz respeito a uma inflação galopante em algumas áreas e que se reflete naturalmente com a introdução do saldo tendo dado especial destaque ao aumento das faturas referentes às energias sejam elas a eletricidade, que é a principal, teve um aumento preocupante, que vai "comer" muito daquilo que é a poupança do município, aumento esse que não conseguem combater senão tornando-se mais eficientes energeticamente, mas, para isso, é preciso investimento como é o caso da substituição das luminárias da iluminação pública por led's. Afirmou que por isso vai-se sofrer um forte abalo nessa área assim como se vai ter na despesa do gás, na despesa tarifária da Valorlis, ou seja, tudo tem a ver com serviços nomeadamente com os serviços de segurança do município, com os serviços de limpeza quer em termos do município quer os de ambiente urbano. Ou seja, existe um aumento da despesa corrente que resulta sobretudo desta inflação que está a afetar a vida das instituições, das empresas e das famílias e que, naturalmente, este orçamento acompanha. Continuou a sua intervenção dizendo que por outro lado uma parte foi para reforçar o investimento tendo-se passado de 35 milhões para 50 milhões. Estes 15 milhões são em média aquilo que é o ritmo que conseguem gastar. Desta vez vão tentar colocar numa rubrica de investimento valores mais credíveis em termos de execução. Afirmou terem já melhorado o nível de execução no ano passado uma vez que baixaram também aquilo que é o saldo transitado, em anos anteriores chegaram a transitar 42 milhões, 48 milhões e este ano reduziram. Explicou que essa redução resulta também de um aumento da execução na despesa e do investimento que foi feito o ano passado no combate à pandemia. Relativamente a esses gastos, que têm sido uma despesa extraordinária, esperam que este ano se venham a diminuir drasticamente porque é sinal de que estamos mais seguros em termos de saúde e que a Câmara poderá voltar a colocar uma parte do dinheiro naquilo que são as suas principais funções e competências e o investimento que foi feito na área do combate à pandemia com equipamentos de proteção individual, de testes, apoio à vacinação e campanhas de sensibilização foi um investimento enorme de vários milhões de euros que se não o



tivessem feito disse ser de opinião que Portugal teria tido dados mortíferos bastante mais catastróficos do que teve.

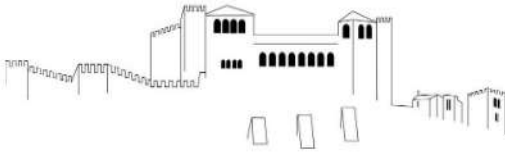
Concluiu dizendo serem estas as explicações mais sintéticas sobre esta introdução do saldo. Disse existir também uma preocupação no que diz respeito ao reforço das rubricas na área do desporto, cultura, habitação e educação, ou seja, uma parte dos investimentos são áreas prioritárias que assumem como desígnios de intervenção do município. Continuou dizendo que no primeiro orçamento que fizeram em outubro deixaram logo evidenciado e registadas verbas para as freguesias porque é um reconhecimento daquilo que é a sua imagem estratégica tendo ficado logo ali definidos os apoios, os contratos em termos administrativos, as transferências, etc., e aqui tentaram reforçar aquelas rubricas de menor valor e que agora têm um valor mais ajustado à realidade.

Intervenção da senhora deputada **Telma Curado – PS**

Transcrição:

"*Telma Curado, PS.*

*Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia Municipal em funções e em si todos aqui presentes e também aqueles que se encontram nesta sessão online. Esta Assembleia aprovou e bem no final do ano passado as peças financeiras e orçamentais previsionais para o horizonte 2022/2026 onde se integra o orçamento do município para 2022. Um orçamento que evidencia investimento na proximidade, na agregação e nas pessoas para responder rápida e eficazmente às pessoas e às empresas. No que ao orçamento municipal diz respeito, temos neste momento a base do caminho que se pretende percorrer definida e assente. Assim, as sucessivas modificações orçamentais ocorridas, das quais hoje apreciamos a terceira, consubstancia-se nas primeiras alterações modificativas ao orçamento da receita e ao orçamento da despesa na primeira alteração modificativa ao plano plurianual de investimentos e na primeira alteração modificativa ao plano de atividades municipal e visa apenas cumprir os condicionalismos preconizados pelas regras de contabilidade pública através da introdução do saldo de gerência de 2021, que ascende a 40.705 mil euros aproximadamente, reforçando rubricas que carecem de verba adicional e não queria, por isso, hoje deter-me neste aspeto em concreto, mas antes dar-lhe um contexto macroeconómico e este contexto é do conhecimento de todos. O ano de 2022 trará recuperação frágil com um crescimento previsto inferior a 2021 sendo expectável que esta recuperação seja desequilibrada ao nível das várias geografias, desafios antigos e desafios novos no mercado laboral e uma falta significativa de mão de obra capacitada em vários setores da economia real e da economia regional, escassez de matérias-primas e limitações de diversa ordem políticas e económicas à sua cadeia de abastecimento, uma pressão crescente nos preços e uma pressão crescente na dívida e nos serviços de dívida*

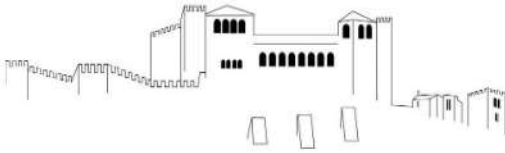


## Município de Leiria Assembleia Municipal

---

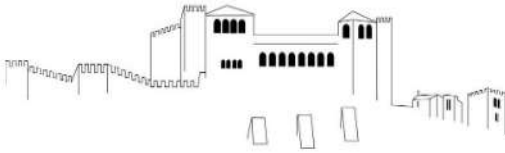
*dos países mais endividados. Será que podemos, à dimensão da nossa economia regional, fazer face ou de alguma forma contribuir para combater estes desafios atraindo recursos através de mão de obra qualificada para a nossa região, através da criação de condições objetivas que permitam a sua deslocalização, a criação de mais infraestruturas e serviços de apoio às famílias e à sua permanência no nosso território nas áreas da educação, saúde e lazer? Talvez um enquadramento fiscal diferenciado escolhendo preferencialmente e sempre que possível iniciativas locais, a indústria e os serviços locais genericamente, os operadores económicos locais seguindo naturalmente critérios de eficiência, transparência e mérito acima de tudo, apoiando e reforçando a visibilidade, o aumento da capacidade de receção e crescimento do nosso Politécnico, âncora de saber que atrai talento que escasseia e que faz falta às nossas empresas, promovendo o apoio à literacia financeira nas escolas, a atribuição de prémios de mérito aos melhores alunos e a criação de benefícios fiscais às empresas que investem e capacitam todos os dias mais e melhor os seus recursos apoiando o incremento na divulgação de uma cultura empresarial de previsão e controlo de custos e proveitos, equilíbrio de financiamento e investimento, de valorização da performance do mérito e do incremento da produtividade, medir e gerir sucessivamente liderando pelo exemplo. Será tudo isto fruto da ingenuidade? Será delírio? A título de mera curiosidade em 2019 nasceram em termos líquidos saldo entre liquidadas e constituídas mais de 309 empresas no concelho de Leiria. Em 2020 mais 301 empresas e em 2021 mais 233 empresas num total de 893 empresas para os 3 anos. Nesses 3 anos no top 3 tiveram as atividades de construção, comércio por grosso e a retalho, atividades imobiliárias, atividades de consultoria científicas e técnicas. Em 2021, além destas últimas que representaram 14% da totalidade das empresas criadas em termos líquidos, as atividades de informação e comunicação surgiram também no top 5 sendo esse um setor que mostrou grande resiliência em contexto da crise pandémica. A oferta por parte das nossas empresas de emprego na área comercial, informática, industrial e engenharias representa mais de 50% das vagas disponíveis no mercado de trabalho de Leiria. Há por isso procura por trabalhadores qualificados, por parte das nossas empresas, a oferta é que é pouca. Em 2021 o número médio de desempregados inscritos no concelho de Leiria decresceu cerca de 4,5% face a 2020. O nível de desemprego desde 2010 na região está sucessivamente abaixo da média nacional em 2 pontos percentuais. Embora desde 2017 o diferencial tenha começado a reduzir-se observa-se em 2020 um diferencial a nosso favor de 1,3% face aos 4,3 da média nacional. Estes números são parcos e não estão trabalhados nem na sua correlação com a criação de riqueza local, mas dão-nos pelo menos a indicação de que o ímpeto empreendedor de Leiria não desapareceu, muito pelo contrário. Os novos desafios do mercado laboral abrem-nos oportunidades quer ao nível dos individuais, singulares e*





Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*famílias, mas também junto de empresas que pretendem deslocalizar serviços ou desenvolver atividade em Portugal, então por que não em Leiria? É que em 2020 havia em Portugal mais de 9 mil filiais estrangeiras, número este que cresceu face a 2019 1,6% e estas empregavam mais de 570 mil pessoas. O VAB destas empresas diminuiu 7,3% em 2020, mas a sua diminuição foi menor quando comparada com a diminuição do VAB das empresas nacionais que foi de 11,5%. As empresas mãe destas filiais são em cerca de 75% dos casos da União Europeia e a produtividade aparente do trabalho está mais de 73% acima das sociedades nacionais. Isto tem que nos obrigar a refletir, tem que nos obrigar a debater. Os atuais desafios geopolíticos, os enquadramentos fiscais mais favoráveis, o próprio enquadramento futuro dos vistos Gold já batidos são propícias alterações que podem ser atrativas para o país e também para a nossa região. Não nos esqueçamos que em 2021 constatamos o maior declínio populacional dos últimos 50 anos apesar do saldo migratório ser positivo e o que é facto é que só Lisboa e Algarve registaram um aumento populacional. Fomentar os serviços de apoio à instalação destas empresas, oferecer maior capacidade de integração destes quadros superiores que trabalham essencialmente remotamente pode ser uma ameaça, um aumento na pressão salarial regional sem dúvida, mas pode também ser uma oportunidade e se nivelarmos por cima, não deixará de ser uma oportunidade. Trabalhar o charme de Leiria, a atração de investimento externo e recursos qualificados nacionais e internacionais que se fixem na região com as suas famílias em busca de uma cidade que acolhe bem enraíza e envolve fomentando a criação e fixação de riqueza local é o desígnio que devemos prosseguir. Afirmar e desenvolver Leiria com ambição e rigor é o mote do nosso Presidente. Sigamos, pois, todos juntos, nesta ambição de afirmação renovada do concelho de Leiria, no espaço político nacional, no reforço da nossa força económica e financeira liderada por empresários de dinâmica incontestável e visão singular e acima de tudo reforçada pela nossa união. A união e força desta Assembleia como órgão força motriz que prossegue o seu objetivo de fiscalização ao executivo em prol da transparência e do bem comum e, acima de tudo, o seu objetivo natural e intrínseco de análise, debate e deliberação sobre o que queremos para o futuro do nosso concelho. E o que queremos? O que queremos enquanto representantes dos munícipes que nos elegeram para estas funções? Queremos, na minha opinião, e arriscando afirmar que o sonho determina a direção do caminho, mas que a ação intencional que nos leva a percorrer esse mesmo caminho e a agregar valor contribuir de forma séria e leal para capacitar o nome da nossa região. Por isso, arrisco dizer que no contexto atual importa mais do que aquilo que já fizemos e que fizemos bem ou menos bem, aquilo que estamos disponíveis para fazer e esta é a hora de todos nós presentes neste órgão podermos contribuir para tornar Leiria mais sexy, mais trendy, mais smart. Será isto um sonho, um delírio ou pode*



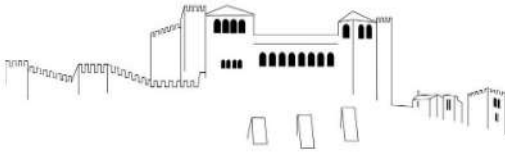
*efetivamente ser um caminho? Na minha opinião, pode e deve ser um caminho e o caminho começa aqui onde estamos hoje reunidos. Obrigada."*

**Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP**

**Transcrição:**

*"Ora, então boa noite, novamente. Joana Cartaxo, CDU.*

*Temos perante nós uma alteração modificativa ao orçamento da receita e às opções do plano que, para não fugir do hábito, não apresenta qualquer relatório de enquadramento ou sequer uma nota explicativa. Não sabemos, por exemplo, se estão acuteladas as grandes despesas que vai passar a ser com a assunção de novas competências, por exemplo as despesas com o pessoal ou limpeza das instalações, tal como o senhor Presidente aqui falou. Falar em falta de respeito pela Assembleia é pouco. O que isto significa é o défice democrático na atuação da Câmara e na sua relação com o órgão fiscalizador e com as populações. São várias as rubricas genéricas e nós não somos informados sobre os projetos concretos que lá se enquadram. A Câmara PS, mais uma vez, quer cheques em branco. Nós não vamos passar. Esta modificação, na senda das efetuadas nos anos anteriores, tem o mérito de pôr a nu a falta de rigor com que os orçamentos e opções do plano são elaborados e encarados por esta Câmara. Só assim se pode entender que atividades correntes que se executam regularmente e ao longo do ano, ano após ano, entre as quais despesas de funcionamento, como é o caso entre muitos outros dos serviços de limpeza e higiene pública dos pagamentos à Valorlis, dos estudos e pareceres e da aquisição de gás e eletricidade tenham agora de ser substancialmente reforçadas. A pergunta é óbvia e já a fizemos aqui anteriormente e mantém-se. Se não houvesse o astronómico salto que permite este reforço de verbas, como seria? As crianças não comiam? E sendo as refeições escolares pagas com verbas do Orçamento do Estado porque é que a sua dotação não ficou integralmente prevista desde o início, como deveria ter acontecido? Colapsava o normal funcionamento dos serviços? E o serviço de recolha e tratamento de lixos urbanos que todos pagamos, que tem receita prevista no orçamento da receita, porque é que não tem o valor da despesa integralmente inscrito logo no orçamento que aqui aprovamos como também devia ser? Não há qualquer justificação para que as inscrições orçamentais sejam tratadas desta maneira tão leviana, senhor Presidente, e não é como foi dito por causa da subida dos preços das matérias-primas, matérias e serviços, materiais e serviços. É sim por falta de rigor que é a marca de água desta gestão. Há na gestão do orçamento para 2022 projetos que precisam de reforço e que não tiveram até agora. Isto só quer dizer que vão ser projetos simbólicos, mais uma vez, para usar como bandeira quando dá jeito, mas sem a menor intenção de os concretizar e o há muito já devia estar a ser feito e não só não está como esta revisão não dá resposta necessária. Lembramos*



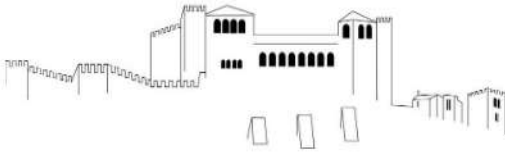
*apenas e novamente a muito baixa dotação para os transportes coletivos urbanos de passageiros. Estas são as opções desta Câmara PS que são pelos lucros de alguns não pela qualidade de vida das populações. Esta alteração modificativa é uma oportunidade mais uma vez perdida de fazer e alterar profundamente as Grandes Opções do Plano de 2025. Vamos votar contra. Obrigada”*

**Intervenção do senhor deputado Manuel Azenha – BE**

**Transcrição:**

*“Ora então, mais uma vez, boa noite.*

*Seja na aprovação do orçamento, seja na aprovação destas duas modificações, o problema dos pequenos partidos é sempre o mesmo, como acabou inclusivé de referir agora a deputada Joana Cartaxo. O que temos aqui em causa é uma mera operação contabilística, é a integração do saldo de gerência no orçamento para 2022 e estando as contas bem feitas à partida tal situação não levantaria muita discussão. Contudo, não é possível avaliar um orçamento e as suas alterações ignorando os projetos políticos que justificam. Não é possível aprovar uma inclusão de saldo de gerência apesar de contabilisticamente correto sem saber especificadamente o seu destino. Ora aqui, tal como no orçamento, o executivo camarário faz questão de transformar a Assembleia Municipal num conselho fiscal de qualquer empresa. Este executivo considera que para a Assembleia Municipal exercer a sua competência de aprovar as opções do plano, a proposta de orçamento e as suas revisões basta a apresentação de quadros excel contabilísticos sem qualquer outro tipo de informação. Ora senhor Presidente, a Assembleia Municipal é um órgão político e não um congresso de contabilistas reunidos numa qualquer sala de hotel. Funciona com eleitos que por consciência cidadã se disponibilizam, muitas vezes em horário pós-laboral. Apresentados os documentos orçamentais como tem sido feito é objetivamente dificultar-lhes a tarefa e condicionar a sua função e isto tem-se repetido ano após ano. Assim, e face à falta de informações que nos é dada vamos levantar uma série de questões concretas, designadamente quais as medidas tomadas para responder às necessidades identificadas na estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, onde, e bem, parece pretender passar-se de 7800 euros para 67 mil. Que se pensa fazer para de uma vez por todas se avançar com a recuperação dos recursos hídricos do concelho, ainda por cima num contexto em que a seca e o risco da falta de água deixou de ser uma ameaça para ser uma realidade com que temos de conviver? Que iniciativas já foram tomadas e qual a verba disponível para resolver definitivamente os problemas dos efluentes suinícolas e a requalificação da bacia do Lis? um dos 5 pontos fundamentais do programa eleitoral do PS para as autárquicas. Que estratégia tem o executivo para reduzir a dependência energética, nomeadamente os edifícios públicos, para além de colocar lâmpadas led com um orçamento*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

de 4 mil euros? Exmo. senhor Presidente não queria também, e porque não só de críticas vive a oposição, de deixar aqui bem claro o apoio, o reforço significativo que é dado aqui na educação com mais cerca de 4 milhões, 3.834, penso que terá a ver também com a questão da transferência de competências, mas, essencialmente para as ações sociais onde o apoio a pessoas com deficiência passa de 34 mil euros para uma verba de 465 mil euros e apoio a instituições de assistência e solidariedade social que passa de 34 mil euros para 465 mil euros, isto perfaz mais do que 1 milhão de euros e a crítica, senhor Presidente, mantêm-se e irá seguramente manter-se nos próximos anos. Merecíamos mais, merecíamos uma justificação clara, uma apresentação mais concreta de onde, para onde vai o dinheiro que aqui somos chamados a aprovar em orçamento. Muito obrigado."

**Intervenção da senhora deputada Alexandra Carvalho – PSD**

**Transcrição:**

"Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em substituição, permita-me que o cumprimente e que na sua pessoa cumprimente todos os presentes na sala e on-line.

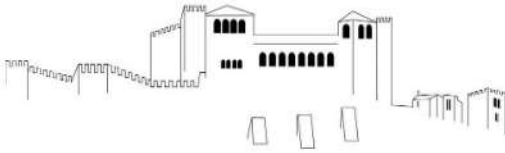
Boa noite,

Antes de mais, um orçamento é um documento onde são estimadas receitas e despesas, pelo que será sempre previsional. Tal não significa que aquando da elaboração não se seja o mais realista possível. E não se deveria, como muitas vezes acontece, fazer "engenharia" / "cosmética" / criatividade orçamental.

A integração do saldo de gerência resulta da diferença entre as importâncias arrecadas (saldo inicial + recebimentos) e os pagamentos ocorridos no ano. Ou seja, o Saldo de gerência corresponde ao saldo de caixa apurado à data de relato, decompondo-se em saldo de operações orçamentais e saldo de operações de tesouraria.

Nas palavras do Sr. Presidente da Câmara, Dr. Gonçalo Lopes, em assembleias anteriores, este saldo acaba por representar uma poupança, pois o município consegue cobrar as suas taxas, impostos, licenças e outros, ou seja, liquidar e cobrar as suas receitas e não executa todas as despesas previstas, o que significa que este município anda há anos a cobrar receitas de forma excessiva aos seus munícipes, sem fazer o devido e adequado retorno à sociedade, em termos sociais, económicos, ambientais, de mobilidade, etc..

Curiosamente, no ano de 2021, verificamos que foram gastos cerca de mais 4 milhões de euros. Já não poupou tanto, Sr. Presidente! O que não teria sido mau de todo, se tivesse resultado em investimento e não tivesse provavelmente sido absorvido no combate da pandemia. Foi isto que aconteceu, Sr. Presidente? Onde foram gastos os 4 milhões? Parece que sim! Pelo menos, foi isso que ouvimos na introdução feita pelo Sr. Presidente, ou eventualmente também gastos com os referidos 1,5 milhões de vouchers para o comércio local na altura do Natal.



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*Verificamos que este ano o valor do saldo de gerência ascende a perto de 41 milhões de euros, cerca de 44 % do orçamento inicial.*

*Com a integração do saldo de gerência, verificamos igualmente que a despesa corrente aumenta em 25,2 milhões de euros e a de capital cerca de 15, 5 milhões de euros. Curiosamente, temos em termos relativos a mesma afetação no que respeita a despesas correntes e despesas de capital. 62 % será afeto a despesas correntes.*

*Sabendo que existe uma nota explicativa do SATAPOCAL, grupo de apoio técnico da Direção Geral das Autarquias Locais, sobre o tratamento do Saldo de Gerência anterior - cumprimento da regra de equilíbrio orçamental e, que se encontra atualizada, e passo a citar "considera-se boa prática de gestão orçamental, que em sede de revisão orçamental, destinada à integração do saldo de gerência a sua afetação seja prioritariamente orientada para a realização de despesas de capital",*

*Perguntamos:*

*Qual ou quais as razões que levaram a esta decisão, uma vez que já tínhamos um orçamento inicial, em que as despesas correntes assumiam um peso de 62 %?*

*Foi propositadamente (e se sim, quais as razões) uma afetação proporcional ao orçamento inicial em termos de despesas correntes e despesas de capital?*

*Gostaríamos de conhecer quais os projetos em concreto (e não genéricos) cuja despesa vai ser suportada pelo referido saldo.*

*Destacamos alguns valores das despesas correntes, tais como:*

- Aquisição de bens e serviços, quase que duplica a dotação; Dentro desta rubrica, destacamos os Encargos com instalações cuja dotação inicial passa de 4,4 milhões de euros para 11 milhões de euros, aumentando 6,5 milhões de euros. Justifica o aumento dos custos energéticos esta modificação? Provavelmente!!! Parece que estamos aqui em sintonia, Sr. Presidente. Mas, e os restantes 30 e tais milhões de euros?*

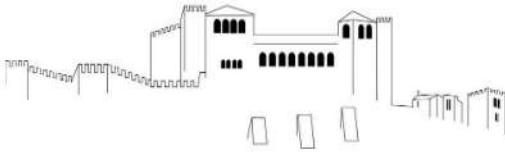
- Transferências e subsídios correntes, quase que duplica a dotação; Porquê?*

*Fica mais uma vez claro, a intenção deste executivo nas suas políticas de gestão, com a integração do saldo de gerência. Estávamos à espera de encontrar no orçamento, após esta revisão, a relação entre as promessas eleitorais e as despesas de capital previstas, nomeadamente, nas áreas do ambiente, mobilidade, economia.*

*Sr. Presidente, onde podemos encontrar a captação de investimento que promova a economia e, conseqüentemente, o emprego?*

*Continuamos a assistir a elevados montantes de despesa em aquisição de bens e serviços, em detrimento de despesas de capital.*

*De referir, que não está em causa o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 40.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e*



*Entidades Intermunicipais, mas a necessidade de esclarecimentos adicionais relacionados com a integração deste saldo numa boa prática de gestão orçamental.*

*Muito obrigada!"*

**Intervenção do senhor deputado Dário Seguro Joaquim – CDS-PP**

**Transcrição:**

*"Dário Seguro Joaquim, CDS-PP.*

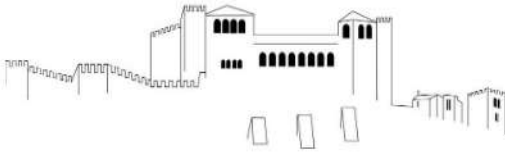
*A minha intervenção será muito curta até porque efetivamente o debate sobre o orçamento do Município já foi amplamente feito noutras reuniões e a minha questão é em concreto para a rubrica da juventude. Ouvi o senhor Presidente referir algumas daquelas que são as rubricas mais caras, mais próximas da qual receberam efetivamente um aumento de dotações, mas a rubrica da juventude, infelizmente, teve oportunidade de constatar que anteriormente teria uma previsão de 3 mil euros e a previsão atual será de 5 mil euros. Entristece-me não pelo aumento por si só porque desde logo seria positivo quase para o dobro, mas porque comparativamente a 2020 o que estaria previsto foi de 47 mil euros e a minha questão é: existe um desinvestimento na área da juventude? Atenção, não confundamos. Educação não tem nada que ver com políticas de juventude e tempos livres, como também existe essa rubrica, nada tem que ver apenas e só com a juventude. O porquê deste desinvestimento, que tem sido efetivamente gradual, e deixava efetivamente um repto. Não creio que os temas tenham uma faixa etária para serem discutidos, mas acredito que seria bom ver deputados com idades mais novas debruçados e a defender este tipo de assuntos. Obrigado."*

**Intervenção do senhor deputado Hugo Morgado – CHEGA**

**Transcrição:**

*"Boa noite, uma vez mais.*

*Bem, não me vou alongar nem me vou repetir porque no essencial o que havia a apontar já foi aqui dito, não vale a pena estar-me a repetir, mas vou começar fazendo minhas as palavras do ilustre deputado Manuel Azenha, se me for permitido, e perguntar efetivamente para onde vai o dinheiro, para onde vai o dinheiro porque olhando para esta alteração do orçamento vemos efetivamente que a par do que tinha sido a proposta de orçamento inicial grande parte da fatia vai para as despesas correntes, 62%, como já aqui foi referido, o que reflete realmente a necessidade de fazer face a uma administração pública local cada vez mais pesada em detrimento do investimento que se justificava e das soluções de investimento de que o Município carece já aqui amplamente apontadas e discutidas. Vemos também que a maior parte da despesa corrente vai para alimentar despesa corrente que já estaria devidamente prevista, dotada no orçamento inicial e cujo aumento de dotação não se conseguiu explicar ou pelo menos eu não consegui compreender a par de outros*



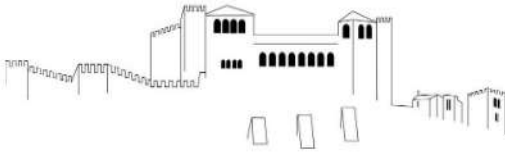
Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*tantos deputados, pelo menos. Isto tudo com prejuízo dos projetos de investimento previstos, essenciais para o Município, não estou a falar de obras megalómanas, estou a falar de investimento estrutural, investimento estruturante de que realmente o Município carece e que mesmo em face das dotações que resultam desta alteração dificilmente será feito. Por isso, e concluindo a minha intervenção antecipando a declaração de voto iremos, com certeza, votar contra. Muito obrigado."*

**Intervenção do senhor deputado Manuel Cruz – PS**

**Transcrição:**

*"Boa noite senhor Presidente e na sua pessoa cumprimento todos os presentes quer aqui na sala, quer os que nos acompanham através dos meios virtuais. Em política, a formação de juízos é quase sempre influenciada pela família política a que se pertence, ou seja, a análise é enviesada pela situação verificada no momento, se não está no poder, em princípio, será negativa. O enviesamento é aceitável na dialética conceptual, já não se entende na análise económica. Falar em falta de rigor na orçamentação e nos projetos para o ano seguinte, eu pergunto a cada um de vós, quando chegam ao início do ano quantos projetos não fazem para esse ano e chegam ao fim sem o cumprir? Também não tem rigor, ou não tem falta ou arranjam todo um ambiente envolvente que os pode levar a não efetuar. A missão do Município é fazer a gestão parcimoniosa dos dinheiros públicos, logo, o governo do Município tem a missão de fazer mais e melhor gastando menos. Quando assim procede tem um saldo de gestão positivo, isto é o que todos pretendemos. Ao gerir bem os dinheiros públicos, o governo do Município tem mais e melhores meios para se dedicar às causas mais importantes e mais nobres. É o que todos têm pugnado neste hemiciclo. O Executivo quer cumprir o seu programa, o Executivo escutou as vossas observações, o Executivo está a responder de forma positiva às nossas preocupações. Dos 41 milhões de euros do saldo de caixa 85% são aplicados no reforço das condições ambientais, culturais, apoio à família e sustentabilidade. Mais ambiente, quando aqui no orçamento falámos muito sobre o ambiente, o Executivo reforça o ambiente com mais de 6,5 milhões de euros mais apoio às famílias, mais apoio às freguesias, mais desenvolvimento social com cerca de 8 milhões de euros e este aqui, quando se fala em desenvolvimento social, falo em cultura, falo em lazer, falo em atratividade das pessoas a Leiria. Leiria se quiser atrair pessoas com competências, como já aqui foi dito hoje, se se quer desenvolver tem que olhar para os seus vizinhos naquilo que fazem para que seja atrativo, para que as pessoas venham, mas tem que fazer mais porque se fizer o mesmo não vêm para cá e acho que Leiria nisso tem que investir. Tem que investir no futuro, tem que investir em trazer pessoas com competências em inovação, novas no conhecimento, gente capaz de criar o futuro. Tem apoio às estruturas e serviços, às empresas, tem apoio*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

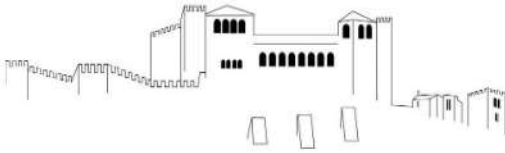
*aos cidadãos, tem prevenção com serviços básicos de segurança e uma das coisas que aqui se falou, por exemplo, só na parte de eletricidade esta vai aumentar ou aumentou mais de 6 milhões de euros. Sabemos que a eletricidade nos últimos tempos, pelo menos nas empresas, aumentou 8 vezes a 10 vezes. Mais sustentabilidade. O município de Leiria vai passar de uma dívida que no início do ano era cerca de 16 milhões de euros para uma dívida próxima dos 13 milhões de euros, ou seja, isto também é uma sustentabilidade do Município no futuro porque ao reduzir a dívida e todos sabemos que os juros, a tendência, é aumentar, vai conseguir reter ou conseguir gastar menos nos juros disponibilizando mais dinheiro para a sua ação social. A estrutura orçamental da despesa não foi alterada, como já aqui foi dito. A despesa corrente é 62% e a despesa de capital 38%. A discussão, quando se baseia na seriedade intelectual, é sempre desafiante e enriquecedora. As forças políticas que são Governo ou que já foram Governos das autarquias conhecem as regras a que os orçamentos obedecem. As despesas de funcionalidade são como a garantia dos serviços fundamentais sempre prioritários na orçamentação, para estes valores têm de estar garantidos para todo o ano, contudo, os serviços como investimentos não fundamentais só podem ser incluídos quando temos um valor que os possa abranger para todo o ano. O Executivo procedeu com responsabilidade e parcimoniosamente na alocação dos dinheiros públicos. O Executivo, através da alteração do orçamento, procura responder às expectativas das pessoas que nele confiaram porque foi neste Executivo e sem margem de dúvida que os Leirienses confiaram a gestão do Município porque foram estas propostas que os Leirienses subscreveram. Os Leirienses disseram o que queriam, o Executivo está a trabalhar para responder de forma positiva aos Leirienses e nós aprovamos.”*

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**

Explicou que em relação ao reforço na área da juventude direta aplica-se muito na área do apoio ao associativismo e nessa existe um programa, o ProLeiria, onde se encontra verba disponível para o movimento associativo. Disse ser uma das suas principais áreas de atuação, para além do investimento direto que é feito em eventos que o pelouro da juventude organiza e que também tem o seu valor atribuído em rubricas genéricas.

Relativamente ao rigor, à falta de informação ou detalhe referiu que o documento é apresentado assim já há vários mandatos. Na sua opinião considera ser uma explicação objetiva. Disse que os documentos têm de ter uma base de aplicação do próprio programa de contabilidade, não podemos utilizar outra maneira de inserção de rubricas, não as podem inventar, mas é suficientemente esclarecedor relativamente àquilo que são as orientações das despesas naquilo que são os seus documentos de enquadramento onde está sublinhado, está referenciado quais são as principais rubricas de despesa corrente que são aumentadas tendo apresentado como exemplo o aumento do valor da eletricidade em que





Município de Leiria  
Assembleia Municipal

não existe outra forma de o explicar. Disse que podem explicar qual é o contexto da guerra, da iminência de guerra entre a Rússia / Ucrânia, podem mencionar a subida do mercado regular, etc. Continuou a sua intervenção dizendo que um autarca é conhecido por ser relativamente prático, e como tal há despesas que sobem e que são do conhecimento público entendendo que por isso não vale a pena estar-se a perder muito tempo a explicá-las e usar os argumentos habitualmente utilizados nos orçamentos que são repetidos. Disse existirem intervenções que se se adormecer durante um ano, ao ouvi-las há gente que parece que acorda e diz que já ouviu aquilo em algum lado. Afirmou ser necessária alguma criatividade quando é para fazer oposição, têm de inovar. Esclareceu ter feito uma intervenção genérica não tendo sido dirigida a ninguém em particular.

Em relação às questões do investimento daquilo que está nas suas prioridades afirmou querer deixar alguns apontamentos. Referiu que existe um reforço claro no Centro Associativo de Negócios do topo norte, as remodelações das instalações de segurança, um reforço significativo na bacia hidrográfica do rio Lis que passa pelas questões relacionadas com a o projeto de tratamento e valorização de efluentes suínícolas, uma forte aposta na área do ambiente, no Leiria mais verde, no que diz respeito também às recolhas seletivas e à implementação da recolha de biorresíduos, uma aposta na rede de gestão florestal, nomeadamente nas faixas de combustível, um reforço de investimento na área da cultura e do desporto, conforme já tinha tido oportunidade de dizer em intervenções anteriores, o Centro de Inovação Logística, os contratos interadministrativos para implementar o Balcão Único relativamente aos registos na área do cadastro de propriedades rurais, contratos interadministrativos na área da saúde que já estão aqui também inscritos caso seja necessário delegar essas competências. Concluiu dizendo que, do ponto de vista da área do seu programa eleitoral, uma parte importante refletida no orçamento e claro que o seu trajeto de mandato é de 4 anos, este é o primeiro orçamento do mandato e seguramente outras prioridades irão aparecer nos anos seguintes.

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 4** à votação.

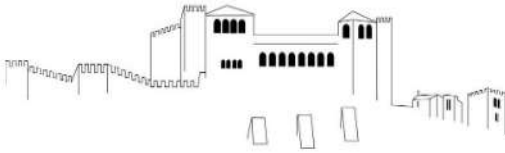
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 14 votos contra** (9-PSD, 2-CHEGA, 1-CDS, 1-PCP, 1-IL) **e 3 abstenções** (3-PSD,1-BE), a **III Modificação ao Orçamento Municipal de 2022.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 5 - Compromissos Plurianuais Assumidos 2021-2025 – SMAS Leiria** – Para conhecimento;

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento.**

\*\*\*\*\*



**Ponto 6 – 3ª Modificação – 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e GOP's 2022 – SMAS –** Apreciação, discussão e votação;

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**

Referiu ser o mesmo raciocínio que se aplica no orçamento da Câmara, ou seja, existe também um saldo a ser introduzido com reforço também na despesa corrente. A título de exemplo mencionou a área da eletricidade onde há um crescimento bastante acentuado, passa de 600 mil euros para 2 milhões de euros, a parte também do reforço das rubricas de investimento naquilo que tem sido identificado como prioridade, nomeadamente a extensão do saneamento, mas também a melhoria daquilo que é a substituição e requalificação da rede de distribuição de água e saneamento.

**Intervenção da senhora deputada Alexandra Carvalho – PSD**

**Transcrição:**

*"Mais uma vez, boa noite.*

*Relativamente ao ponto 3ª Modificação - 1.ª Alteração Modificativa ao Orçamento e Grandes Opções do Plano 2022 – dos SMAS de Leiria, que se traduz na 1ª revisão orçamental, de modo a incorporar o saldo da gerência anterior, verificamos que o saldo de gerência é de aproximadamente 8,5 milhões de euros, o que corresponde a aproximadamente 30% do orçamento aprovado em dezembro último; valor este muito semelhante ao do ano anterior. De que forma é integrado este valor?*

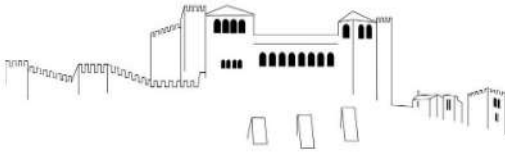
- 3.000.000 € reforçam o orçamento da despesa, 55 % do valor afeto a despesas correntes e 45 % a despesas de capital;*
- cerca de 5,5 milhões terão como contrapartida a diminuição de um conjunto de rubricas na receita, de entre outras: Água, que no soma da rubrica de venda de bens e serviços e da rubrica de serviços específicos das autarquias diminui cerca de 4,5 milhões de euros; Saneamento, que diminui, 600 mil euros.*

*Sr. Presidente, o que é expectável acontecer para que estas rubricas diminuam? Irão os SMAS vender substancialmente menos (numa das rubricas apenas 50 % do previsto inicialmente?). Irão as famílias e as empresas consumir menos? Ou iremos assistir, e não sabemos a descidas significativas nos tarifários?!*

*Parece-nos que estas previsões vão contra as indicadas pelo governo PS, que aposta na recuperação económica, com o aumento do rendimento das famílias, logo com níveis de consumo mais elevados!*

*Ou ainda, o que é inadmissível, houve voluntariamente sobre orçamentação destas receitas, o que é um logro!*

*Efetivamente o que aconteceu, foi que o orçamento que esta Assembleia aprovou em dezembro passado vinha empolado no lado das receitas e estes 5,5 milhões de euros que*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*se reduzem agora às rubricas das receitas servem para corrigir um orçamento que, repetimos, na elaboração foi empolado no lado das receitas.*

*E agora, após a integração do saldo de gerência, não continua empolado o orçamento da Receita? Porque foram estes valores, como podiam ser outros quaisquer. Esperemos para ver o grau de execução, partindo do princípio de que não existirão manobras de "engenharia" orçamental, ou seja, que não haverá modificação para atingir os valores desejáveis!*

*Só gostaríamos com esta questão de chamar a atenção para quando no próximo ano, os senhores deputados estiverem a analisar o orçamento do SMAS olharem para os valores, tendo em conta que as receitas previstas têm sido ao longo dos anos sobrevalorizadas, de modo que seja possível aos serviços assumir todos os compromissos do ano anterior, (mais os plurianuais, que se convertem em compromissos do ano), até que o saldo da gerência anterior seja integrado. Não seria preferível, dada esta necessidade, que fosse escolhida uma rubrica residual da receita e que esse facto fosse mencionado nas demonstrações orçamentais previsionais, de modo a não induzir a interpretações erradas aquando da aprovação inicial do orçamento?*

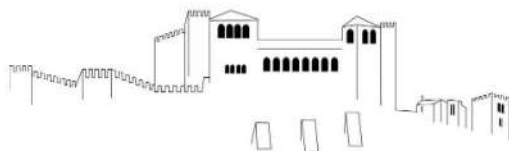
*Tenho dito!"*

**Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP**

**Transcrição:**

*"Boa noite novamente. Joana Cartaxo, CDU.*

*Do orçamento dos SMAS para 2022, que apenas há 2 meses a Assembleia aprovou, cerca de 5,5 milhões de euros de receitas, o correspondente a mais de 1/5 das receitas previstas são abatidos de uma penada. As receitas cortadas são substituídas pelo saldo de 2021 e, portanto, continuamos no campo da prática ficcional orçamental, senhor Presidente esta cassete já enjoa. Como em anos anteriores, esta alteração modifica mostra que o orçamento dos SMAS para 2022 foi propositadamente feito de forma não rigorosa o que já se pode surpreender, ou melhor, o que já só pode surpreender os que cegamente querem ser surpreendidos. Até que ponto se pode confiar nas propostas que a Câmara, neste caso interposta por pessoa do conselho de administração dos SMAS, nos apresenta é uma pergunta que já tem resposta comprovada pelo discurso das práticas no tempo, pode-se confiar muito pouco e devemos acrescentar que estas previsões iniciais fantasiosas se junta a tradicional falta de rigor na execução dos planos e orçamentos como ano após ano aqui constatamos. Esta operação modificativa não traz nada de qualitativamente novo e esta cassete enjoa. Os vícios que aqui deixamos denunciados, a deliberada indefinição de prioridades, o que deixámos expresso quando o orçamento e o plano dos SMAS para 2022 aqui foram discutidos e aprovados e a reiterada falta de capacidade desta maioria PS*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*cumprir os planos que levam leva com que nós repitamos também a nossa cassete e vamos votar contra. Muito obrigada.*

**Intervenção do senhor deputado Tiago Duarte – PS**

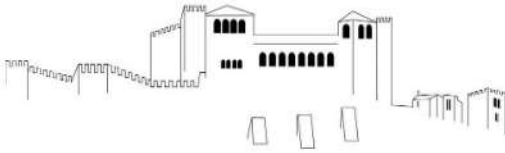
**Transcrição:**

*"Boa noite, mais uma vez.*

*A modificação agora apresentada visa a introdução do saldo de gerência de operações orçamentais de 2021 e surge após o apuramento do saldo de gerência anterior podendo este ser utilizado resultando daí uma revisão orçamental agora apresentada, portanto, é um pró-forma que tem de ser seguido como já aqui foi explicado sobejamente. Este saldo de gerência resulta em grande parte de investimentos que não foram realizados em resultado de atrasos relacionados com a situação pandémica que atravessamos. A extensão, e isto já foi referido anteriormente, a extensão dos recursos humanos disponíveis não permitiram que este trabalho seja realizado à velocidade ideal. Com esta alteração apresentam-se os valores atualizados de receita e despesa e que se consideram que são mais reais e adequados àquilo que está previsto com os dados mais recentes disponíveis pelo SMAS e pelo Município. A introdução do saldo, por outro lado, destaca-se o esforço do lado da despesa, portanto, este saldo de gerência também reforça aqui o lado da despesa, não só pelas questões energéticas já aqui faladas, mas também para investimento que vai ser feito. Permitirá continuar o investimento necessário à melhoria das condições das infraestruturas existentes e à criação de novas indo ao encontro da política de investimentos que têm sido realizados nos últimos anos. Ainda há pouco estive aqui a falar e foi um dos objetivos que existem para as perdas de água, para este ano e para o próximo, ou seja, tal como referido na apresentação do orçamento desta Assembleia Municipal, esta alteração reforça o esforço na melhoria das condições do abastecimento de água e do saneamento do concelho de Leiria. Em resumo, a alteração aqui apresentada surge da necessidade de incorporar o saldo de gerência do ano 2021 mantendo a mesma linha de investimento do orçamento inicial aprovado e que mereceu aprovação aqui nesta Assembleia reforçando o investimento previsto no melhoramento da rede de infraestruturas. O PS votará a favor."*

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**

Referiu que o orçamento foi feito com um período do ano passado de execução de 9 meses o que significa que há sempre necessidade de ajustar quer a receita, quer a despesa. Por outro lado, disse que têm desenvolvido não só os SMAS, a própria Câmara, o próprio Governo, na parte do Ministério do Ambiente, ações concretas de sensibilização de reduções de consumo que resultam naturalmente, não só do ambiente que se está a viver de seca, mas também porque é bem previsível que dentro daquilo que é a crise económica que se



está a viver a receita do consumo de água venha a reduzir tendo tido possivelmente um pico de consumo de água o que significa que a receita que resulta da venda de água dos SMAS terá uma tendência para diminuir nos próximos anos pelos motivos que apresentou anteriormente. Continuou dizendo que haverá um consumo muito mais equilibrado, em parte pelo ambiente que se de seca que se está a viver atualmente e que já teve influência no próprio orçamento, daí a redução de receita da venda da água. Referiu ser um ambiente um bocadinho mais cauteloso pois no ano passado pensavam, quando fizeram o orçamento, que podíamos estar ainda num cenário diferente do que se está a viver atualmente. Disse ainda que vai existir uma redução de receita provocada pela redução do consumo de água, não só por parte volumétrica, mas também por parte do nosso setor económico e daí essa diminuição na introdução do saldo.

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 11 votos contra** (9-PSD, 1-PCP, 1-IL) **e 7 abstenções** (3-PSD, 2-CHEGA, 1-BE, 1-CDS-PP), a **3ª Modificação – 1ª Alteração Modificativa ao Orçamento e GOP's 2022 – SMAS**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 7 – Procedimento concursal de recrutamento e seleção cargos direção intermédia 2º grau – SMAS Leiria** - Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**

Explicou ser a autorização para a abertura de procedimentos para os dirigentes do SMAS que estão em regime de substituição, nomeações em regime de substituição, existindo a necessidade de abertura dos procedimentos concursais com indicação do respetivo júri sendo uma obrigação legal fazê-lo dentro deste período.

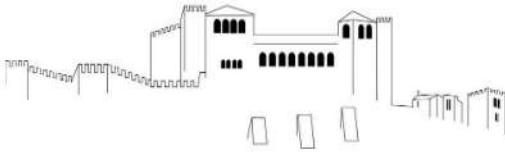
Intervenção do senhor deputado **João Silva – Iniciativa Liberal**

Transcrição:

Cumprimentou todos os presentes.

*"Não deixando de ser verdade que este é um ponto meramente de cumprimento legislativo e tendo em mente que de facto os SMAS foram alvo de reestruturação organizacional, as responsabilidades dos cargos em questão já teriam de estar a ser realizadas eventualmente por alguém - pois a alternativa seria assumir uma gestão escandalosamente deficiente onde não existia responsabilidade de gestão, planeamento, fiscalização, exploração, manutenção e controlo de qualidade, por exemplo.*

*Como não me parece que este último cenário seja o caso, resta-me concluir que as posições criadas por deliberação anterior são redundantes e não visam cumprir o objetivo a que se*



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*propõem: o do "aumento da eficiência e eficácia da gestão municipal", como é possível ler no ponto 2 das considerações da deliberação aqui em causa.*

*Para finalizar não gostava que os seguintes factos caíssem no esquecimento: Leiria tem a 4ª tarifa mais alta do distrito, e desperdiçamos 1.7 milhões/ano (ou cerca de 37% segundo o Jornal de Leiria) em perdas de água por manutenção deficiente. Pela 4ª tarifa mais alta, o mínimo que se pede são serviços públicos de excelência. Serão estes sete novos cargos de chefia intermédia a solução?*

*Dada a evidente dúvida relativa à necessidade real destes cargos, a Iniciativa Liberal irá opor-se à continuação deste processo, da mesma forma como já tinha votado contra a reestruturação da organização dos SMAS que contemplava a criação destes 7 novos cargos - recomendando a sua reversão e substituição por um plano transparente que realmente preze a eficiência e eficácia dos serviços públicos municipais."*

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por maioria, com 1 voto contra (IL)**, o **Procedimento concursal de recrutamento e seleção cargos direção intermédia 2º grau – SMAS Leiria**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 8 - Aprovação do Projeto de Alteração ao Regulamento Interno dos Mercados Municipais do Concelho de Leiria –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, referiu nada ter nada a acrescentar encontrando-se, no entanto, disponível para eventuais esclarecimentos.

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade** o **Projeto de Alteração ao Regulamento Interno dos Mercados Municipais do Concelho de Leiria**.

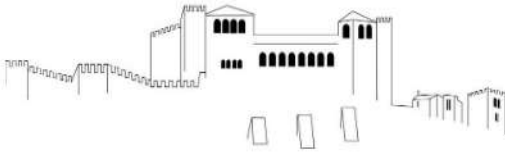
\*\*\*\*\*

**Ponto 9 – Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Gestão e Manutenção dos Pavilhões Desportivos Municipais Correia Mateus e Pousos –** Apreciação, discussão e votação;

Intervenção do senhor **Presidente da Câmara Municipal, Gonçalo Lopes**

Referiu que se pretende introduzir neste contrato interadministrativo o novo pavilhão das Cortes, daí a alteração.

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 9** à votação.



A Assembleia Municipal de Leiria deliberou aprovar **por unanimidade** a **Modificação ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Gestão e Manutenção dos Pavilhões Desportivos Municipais Correia Mateus e Pousos**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 10 - Juntas de Freguesia:**

O senhor **Presidente em exercício** sugeriu que o ponto 10 fosse discutido na sua totalidade sendo as votações feitas ponto a ponto.

**Intervenção do senhor Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**

Relativamente a este ponto referiu que os assuntos são suficientemente elucidativos. Explicou serem várias alterações, quer a atribuição de apoio às freguesias, nomeadamente Santa Eufémia e Boa vista e a Freguesia da Caranguejeira, sobretudo com influência em termos de prazos; também contratos interadministrativos que são corrigidos, que têm a ver com retificações de adendas e estão relacionados, sobretudo, com a especificação do tipo de obra que se pretende executar no próximo ano, nomeadamente Leiria, Pousos, Cortes, Barreira, Arrabal e Maceira. Disse existirem também outro tipo de adendas com este tipo de características de obras diversas em contratos interadministrativos que se houver alguma dúvida em particular relativamente a algumas delas podem esclarecer. Por outro lado, o contrato interadministrativo no que diz respeito à toponímia também foi corrigido com a introdução ou de prazos diferentes ou de esclarecimentos suplementares e também um contrato interadministrativo novo que tem a ver com o Regulamento de Apoio às Freguesias e diz respeito ao montante necessário para participarem como EcoFreguesias existindo um apoio suplementar atribuído a todas as Freguesias que o solicitaram.

**Intervenção do senhor Presidente da UF de Memória e Colmeias, Artur Santos**

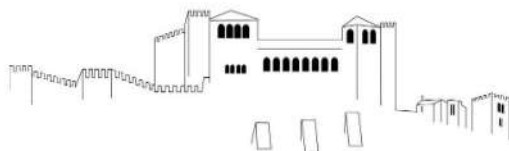
**Transcrição:**

*"Esta minha intervenção está relacionada com o apoio a disponibilizar pela Câmara Municipal, caso este venha a ser aprovado nesta Assembleia, como espero, para a compra de uma viatura pesada destinada à aspiração de detritos na rede viária municipal.*

*O custo total da viatura em causa é de 91.819,50 € já com iva.*

*As empresas de exploração de inertes vão participar com 70.743,45€, e a Câmara Municipal com 21.076.05€.*

*Isto porque, a Junta da União de Freguesias de Colmeias e Memória, ao longo de vários anos, tem vindo a receber uma forte contestação por parte dos moradores desta União, em especial dos residentes nos lugares do Barracão, Estrada da Bouça, Bouça, Igreja Velha e Portela do Outeiro, argumentando com a existência de uma enorme quantidade de inertes nas vias municipais, que ao longo do ano dão origem à existência de pó com o tempo seco,*



*o que inviabiliza a abertura das janelas das suas habitações, ou ao enxugamento das roupas ao ar livre.*

*Com chuva, o pó transforma-se em lama, que acaba por ser arrastada para o interior das residências.*

*Esta junta, por constatação dos factos, sabe que os moradores têm razão, o que implica a resolução urgente deste problema, face ao aumento das contestações.*

*Estamos cientes da importância da exploração dos inertes existentes nesta União de freguesias, devido ao que representam na riqueza do concelho e do país, através da fabricação de material cerâmico que abunda na construção civil, e como sabem, é um dos principais motores da nossa economia.*

*Dado a superior qualidade a nível mundial de algumas argilas da nossa região, em especial a do barro branco, explorado na zona do lugar do Barracão, são fabricadas com esta matéria-prima, porcelanas finas de alta qualidade.*

*Mais recentemente, tem vindo a intensificar-se a exploração de areias e britas que também são abundantes na nossa região, o que está a dar origem a uma alteração profunda na paisagem da freguesia, e com consequências graves no futuro, devido á destruição das nascentes de água.*

*Pretendo que fique hoje, e aqui bem claro... Não pretendemos de todo, ser uma condicionante à imagem de outras freguesias da região e do país, à exploração da riqueza do nosso território, que contribui de forma direta para o aumento do PIB do País.*

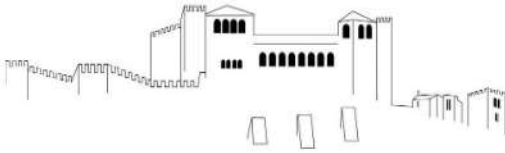
*No entanto, esta não pode ser realizada a qualquer custo, com perdas significativas da qualidade de vida para os seus habitantes, que de certo modo, provoca a desertificação dos nossos lugares, sendo o que se tem constatado nos últimos anos.*

*Muitos têm sido os cidadãos de alguns lugares mais penalizados, que têm demonstrado a sua indignação e que pretendem fazer ações envolvendo a comunicação social, com o intuito de demonstrar a evidencia dos factos atrás relatados, e a inoperância das entidades responsáveis.*

*Esta junta tem vindo a tentar apaziguar alguns ânimos mais alterados, tentando explicar que, existindo riqueza, esta deve ser explorada para bem não só da nossa comunidade, mas de todo o país.*

*O pedido constante de áreas afetar á exploração de inertes nesta União de Freguesias, obrigatoriamente tem de passar por contrapartidas palpáveis para minimizar as consequências desta atividade na população local, onde a Câmara Municipal tem o dever e a obrigação de acompanhar toda a atividade, e de encontrar alternativas viárias ao transporte destas matérias.*





Município de Leiria  
Assembleia Municipal

*Concluo afirmando, que a negociação desta viatura, foi mais um passo no já longo caminho percorrido, e que garantidamente, muito ainda falta percorrer.*

*Enquanto por cá andar, contem comigo na procura de soluções que minimizem o risco e o desconforto causado na população da minha União de Freguesias.*

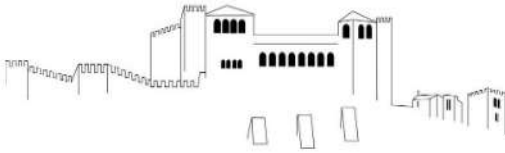
*Agradeço desde já à Câmara Municipal na pessoa do Sr. Presidente, por se ter disponibilizado em apoiar, e a todas as empresas que participaram e que foram: ADM, SA – Sorgila, SA – Aldeia Irmão, SA – Corbário, SA – e Martos & Companhia, Lda.*

*A todos, muito obrigado.”*

**Intervenção do senhor deputado António Pereira de Melo – PSD**

**Transcrição:**

*“Dos 35 pontos ligados sobre o número 10, portanto, 10.1 a 10.35, o PSD pretende dividir isto em 2 grupos. O grupo de 10.9 a 10.26, o PSD pretende abster-se. Nos restantes votará a favor. E porque é que do 10.9 ao 10.26 vai abster-se? Estes pontos dizem referência ao contrato interadministrativo de delegação de competências nas Juntas de Freguesia / Uniões no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada. As presentes propostas de modificação ao contrato interadministrativo de delegação de competência têm como objetivo delegar em cada uma das 18 Juntas e Uniões de Freguesia do concelho de Leiria, a atribuição para aquisição, instalação, conservação, manutenção e reparação de placas toponímicas e sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais. O PSD concorda com a distribuição da gestão de recursos pelas Freguesias / Uniões quando estes recursos possuem especificidades em relação a cada uma delas pois permitirá em muitos casos o aumento da eficiência da gestão dos recursos e ganhos de eficácia. Tem-se, contudo, verificado que a passagem para as Freguesias / Uniões de muitas tarefas sem a Câmara Municipal fornecer simultaneamente os meios técnicos necessários origina muitas vezes atrasos de execução e até maiores custos. O fracionamento de 150 mil euros por 18 quantitativos, o que dá uma média de cerca de 8 mil euros, para a aquisição de um mesmo serviço, o serviço é igual para todas as Freguesias, poderá indiciar uma tentativa de fuga a um concurso para ser substituído por 18 ajustes diretos em regime simplificado a uma mesma firma, a designar pela Câmara Municipal de Leiria. Digo isto porque necessariamente as placas a instalar deverão possuir as mesmas especificações para todo o concelho. Por minha culpa ou por não existência do mesmo não conheço o Regulamento Municipal de Trânsito do concelho de Leiria, mas neste, se existir, deverão constar as regras a que devem obedecer os sinais, quanto aos de trânsito estão especificados a nível nacional. Sobre o assunto em questão considero que compete às Juntas e Uniões de Freguesia equacionar as suas necessidades em termos de sinalética e transmiti-las a Câmara, mais concretamente a um departamento dos serviços municipalizados especializado no assunto.*



*Deverá então existir um piquete da Câmara Municipal de Leiria que trata da execução e colocação dos sinais requisitados pelas Freguesias / Uniões. Este piquete, convenientemente equipado em termos de pessoal responsável e em termos de equipamento, percorrerá o concelho tendo em vista satisfazer os diferentes pedidos das Freguesias / Uniões. Muitas Juntas e Uniões de Freguesia decerto que não devem possuir pessoal com conhecimento suficiente para escolher, posicionar e orientar corretamente os sinais, nomeadamente os de trânsito. É de notar que acidentes de viação causados por deficiente colocação ou não existência de sinais de trânsito podem implicar responsabilidade criminal de quem compete a sua implantação. Será que se pretende transferir para as Juntas de Freguesia esta responsabilidade? Deixo esta questão. Deste modo, acho que estes pontos devem ser retirados, portanto, os pontos 10.9 a 10.26 e convenientemente reequacionados. Como o PS irá votar a favor todos os pontos sem qualquer análise do problema espero que um dia num futuro não exista alguma condenação relativa a isto. O PSD irá abster-se em todos eles. Tenho dito."*

O senhor **Presidente da Câmara, Gonçalo Lopes**, informou não pretender intervir.

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.1 – Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras – Prorrogação de Prazo – União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.1** à votação.

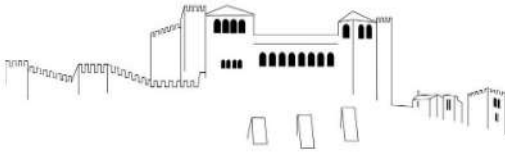
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção (IL)** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoios Financeiros Pontuais para Obras – Prorrogação de Prazo – União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.2 – Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual à Freguesia Caranquejeira –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.2** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção (IL)** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das**



**Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Atribuição de Apoio Pontual à Freguesia Caranguejeira.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.3 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas – Retificação Adenda n.º 5 –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.3** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção (IL)** o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas – Retificação Adenda n.º 5.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.4 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6 –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.4** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção (IL)** o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6.**

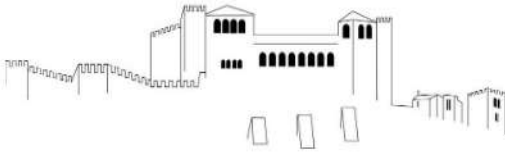
\*\*\*\*\*

**Ponto 10.5 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6 –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.5** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção (IL)** o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6.**

\*\*\*\*\*



**Ponto 10.6 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6 –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.6** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção (IL)** o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.7 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6 –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.7** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção (IL)** o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Monte Redondo e Carreira no âmbito da execução de obras diversas – Adenda n.º 6.**

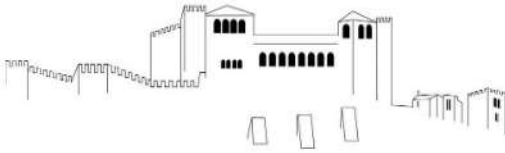
\*\*\*\*\*

**Ponto 10.8 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável – Adenda n.º 1 –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.8** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção (IL)** o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da promoção do desenvolvimento sustentável – Adenda n.º 1.**

\*\*\*\*\*



**Ponto 10.9 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;  
O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.9** à votação.  
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Amor no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

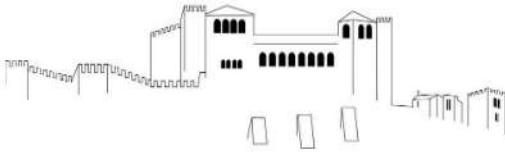
**Ponto 10.10 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;  
O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.10** à votação.  
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Arrabal no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.11 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bajouca no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;  
O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.11** à votação.  
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bajouca no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.12 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;  
O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.12** à votação.



A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Bidoeira de Cima no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.13 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Caranguejeira no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.13** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Caranguejeira no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.14 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Coimbra no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.14** à votação.

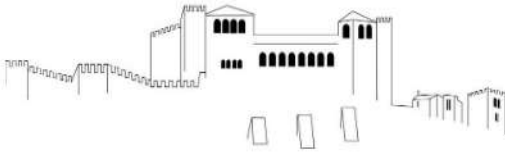
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Coimbra no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.15 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.15** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências**



**entre o Município de Leiria e a Freguesia de Maceira no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.16 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Milagres no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;  
O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.16** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Milagres no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.17 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Regueira de Pontes no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.17** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a Freguesia de Regueira de Pontes no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

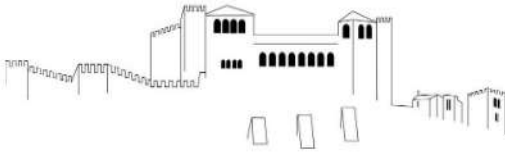
\*\*\*\*\*

**Ponto 10.18 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.18** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Colmeias e Memória no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda**

\*\*\*\*\*



**Ponto 10.19 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª**

**Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.19** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.20 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –**

Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.20** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Marrazes e Barosa no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.21 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Monte Real e Carvide no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda –**

Apreciação, discussão e votação;

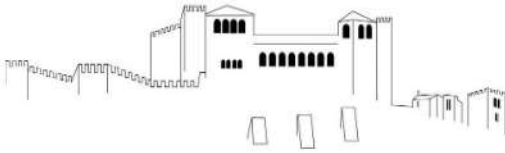
O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.21** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Monte Real e Carvide no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.22 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Monte Redondo e**





**Carreira no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª**

**Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.22** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.23 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Parceiros e Azoia no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.23** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Parceiros e Azoia no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

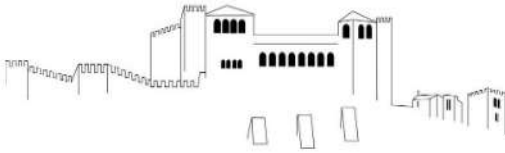
**Ponto 10.24 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Santa Catarina e Chainça no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.24** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Santa Catarina e Chainça no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.25 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Santa Eufémia e**



**Boavista no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª**

**Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.25** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Santa Eufémia e Boavista no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.26 – Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Souto Carpalhosa e Ortigosa no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª**

**Adenda** – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.26** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 10 abstenções** (9-PSD, 1-IL), o **Contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Leiria e a União das Freguesias de Souto Carpalhosa e Ortigosa no âmbito da toponímia e sinalização vertical não iluminada – 1.ª Adenda.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.27 – Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à Freguesia de Amor – Apreciação, discussão e votação;**

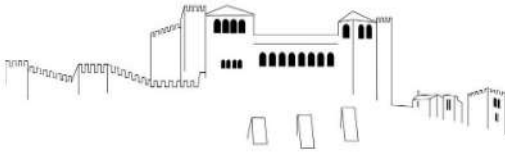
O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.27** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção** (IL) o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à Freguesia de Amor – Apreciação, discussão e votação;**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.28 – Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio para despesas de capital – Freguesia de Arrabal – Apreciação, discussão e votação;**

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.28** à votação.



A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **1 abstenção (IL)** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria – Alteração de candidatura do apoio para despesas de capital – Freguesia de Arrabal**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.29 – Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Colmeias e Memória** – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.29** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com 1 voto contra (PCP) e 1 abstenção (IL) a **Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas de Capital à União das Freguesias de Colmeias e Memória** – Apreciação, discussão e votação;

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.30 – Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Colmeias e Memória** – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.30** à votação.

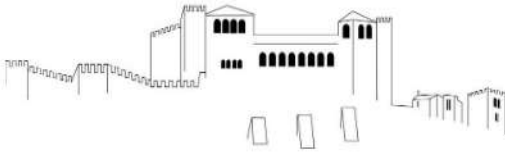
A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com 1 abstenção (IL) o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Colmeias e Memória**.

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.31 – Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes** – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.31** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **1 abstenção (IL)** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e União das**



**Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.32 – Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Monte Real e Carvide –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.32** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **1 abstenção** (IL) o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Monte Real e Carvide.**

\*\*\*\*\*

**Ponto 10.33 – Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.33** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **1 abstenção** (IL) o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira.**

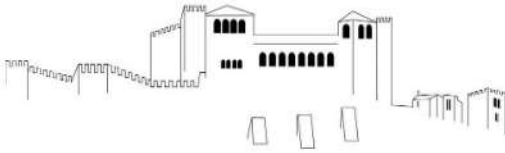
\*\*\*\*\*

**Ponto 10.34 – Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Parceiros e Azoia –** Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.34** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria**, com **1 abstenção** (IL) o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à União das Freguesias de Parceiros e Azoia.**

\*\*\*\*\*



**Ponto 10.35 – Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à Freguesia de Regueira de Pontes** – Apreciação, discussão e votação;

O senhor **Presidente em exercício** colocou o **Ponto 10.35** à votação.

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou **aprovar por maioria, com 1 abstenção (IL)** o **Regulamento de Atribuição de Apoio às Freguesias e Uniões das Freguesias do Concelho de Leiria - Atribuição de Apoio Pontual para Despesas Correntes à Freguesia de Regueira de Pontes**.

A senhora Presidente da UF de Monte Redondo e Carreira, Céline Gaspar, esclareceu que as Juntas de Freguesia já têm competências próprias relativamente à gestão e conservação da sinalização vertical não iluminada instalada nas vias municipais assim como relativamente à colocação das placas de toponímia. Esclareceu ainda que essa competência é das Juntas de Freguesia. A aquisição da placa, a despesa da aquisição é que é do Município. Continuou a sua intervenção dizendo que se são as Juntas que têm de conservar e manter faz sentido também que sejam elas a adquiri-las, mas isso deve ser responsabilidade do Município existindo para isso os contratos interadministrativos para que se possam agilizar os processos. Concluiu dizendo que as Juntas de Freguesia têm pessoal com muita competência, nomeadamente assistentes operacionais como a Câmara Municipal tem. Quando têm dúvidas também têm o apoio do Município sendo por isso que os contratos têm fiscalização.

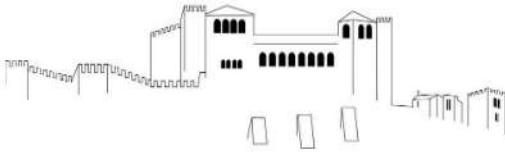
De seguida, a senhora **deputada Joana Cartaxo** apresentou uma declaração de voto.

**DECLARAÇÃO DE VOTO**

**Intervenção da senhora deputada Joana Cartaxo – PCP**

*"Boa noite a todos. A nossa declaração de voto vai, portanto, nós somos obviamente a favor dos apoios às freguesias de forma equitativa, no entanto, consideramos que esta aquisição desta viatura é claramente da competência do Município, aliás, agora aqui a intervenção da senhora Presidente vem também um bocadinho, enfim, ao encontro disto. Portanto, nós votámos contra porque achamos que esta aquisição é da competência do Município e mais uma razão de ser da competência do Município e não da Freguesia é o custo elevado que este tipo de viatura tem e todos sabemos e, portanto, não faria sentido até fazer a compra de uma viatura desta importância em 2ª mão e, portanto, achamos que deverá ser da aquisição orçamental municipal. Obrigada."*

O senhor **Presidente em exercício**, conforme acordado anteriormente, comunicou que os pontos 11, 12 e 13 transitariam para a sessão do dia 4 de março.



Município de Leiria  
Assembleia Municipal

---

De seguida, o senhor **Presidente em exercício** colocou a votação os pontos 1 a 10 da Ordem de Trabalhos, tendo a Assembleia Municipal de Leiria deliberado por unanimidade, a sua aprovação em minuta, de acordo com o ponto 3 do Art.º 57º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

\*\*\*\*\*

### **ENCERRAMENTO**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor **Presidente em exercício** encerrada a sessão, eram **00h42** horas.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva sessão, nos termos do disposto no artigo 60.º do Regimento, e vai ser assinada pelo senhor **Presidente da Assembleia Municipal, António Lacerda Sales**, e por mim, Catarina Isabel dos Santos Clemente, que a elaborei nos termos legais.

### **APROVAÇÃO DA ATA**

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Leiria, em sua sessão ordinária realizada no dia 24 de junho de 2022, **deliberou por maioria, com três abstenções, aprovar a ata.**

O Presidente da Assembleia

---

António Lacerda Sales

A Técnica Superior

---

Catarina Isabel dos Santos Clemente